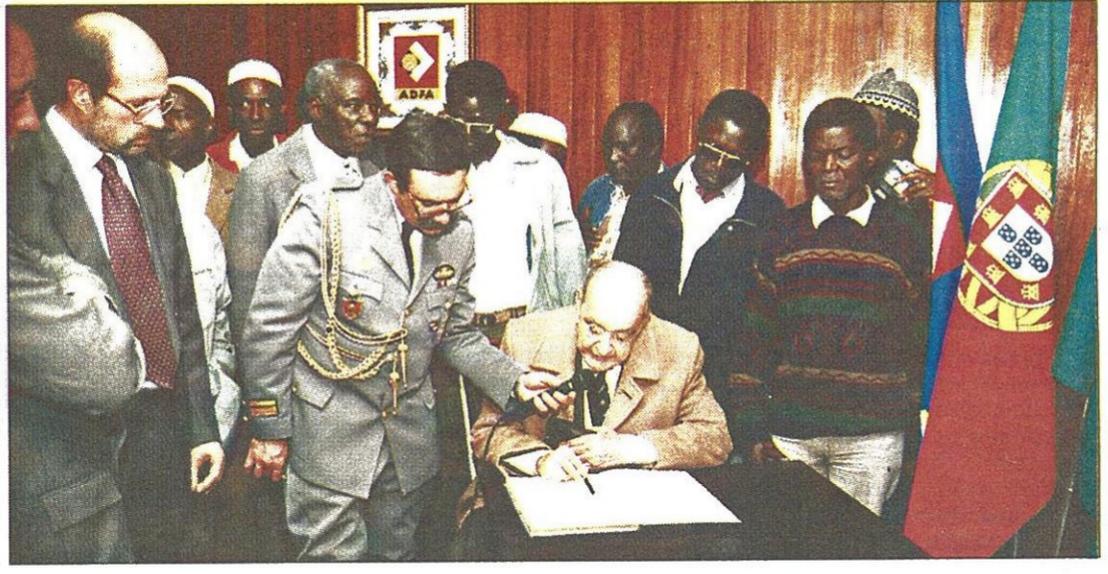




Secretário de Estado da Inserção Social recebeu a Direcção Nacional ADFA pede alteração profunda da Política de Reabilitação

Marechal Spínola e deficientes das Forças Armadas africanas reencontram-se na Sede da ADFA

Págs. centrais



1.ª Reunião com a nova composição Plano de Actividades e estratégia reivindicativa da ADFA para 1996 aprovados pelo Conselho Nacional

Pág. 12

21.º Aniversário do "ELD" União de esforços para uma informação global e de qualidade

Delegação do Porto

Pág. 4

Associados exigem medidas sobre a situação de deficientes em serviço

21.º Aniversário Exposição sobre a Guerra Colonial

Reviver a memória para fazer a pedagogia da Paz



Secretário de Estado da Cooperação recebeu a Direcção Nacional ADFA disponibiliza-se para cooperar com os deficientes militares dos PALOP

2 de Novembro Homenagem aos Militares falecidos

No dia de finados, o Chefe do Estado Maior do Exército promoveu a usual homenagem aos militares falecidos, que se compôs de missa, celebrada na capela da Academia Militar, e romagem ao cemitério do Alto de S. João, para a qual, e para além das mais altas individualidades, em especial do exército, foram convidados o Governador Civil e o Presidente da Câmara de Lisboa.

A ADFA, convidada para o acto, foi representada pelo elemento da Direcção Nacional Catarino Salgado.

respectivo Ministro, promoveu, no dia 12 de Novembro, o 77º aniversário do Armistício que pôs fim à I Grande Guerra.

Na evocação que, para além de romagens aos cemitérios, teve o seu momento alto na deposição de flores na base do Mo-



numento aos Combatentes daquela Grande Guerra, e que ocorreu na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a ADFA fez-se representar pelo 2º Vice-Presidente da Direcção Nacional, Catarino Salgado.

Distúrbio Pós-Traumático de Stress

Consultas de Psicologia

Dando expressão às intenções do plano de acção dos novos Órgãos Sociais da ADFA, consideramos oportuno informar os associados sobre as iniciativas que temos vindo a desenvolver, no sentido de reiniciar na nossa associação o despiste e o tratamento do DPTS.

Com efeito, com base na equipa técnica que colabora com a ADFA, psicologia, psiquiatra e clínico geral, será possível desencadear desde já, ainda que a título precário, o atendimento dos associados afectados por sintomas causadores de instabilidade familiar, profissional e social.

Neste trabalho preliminar, contamos obter a curto prazo o apoio do Centro de Psicologia Aplicada do Exército e igualmente o concurso de uma psicóloga da equipa do Dr. Afonso de Albuquerque, através da associação Apoiar, com a qual mantemos relações de trabalho e cooperação.

Desta forma, incentivamos os associados carentes deste tipo de apoio a contactarem a nossa psicóloga - Dr.ª Teresa Infante, que numa primeira análise fará o atendimento de consulta e despiste da doença, na perspectiva de tratamento e futuro encaminhamento.

A nossa intenção é desenvolver um trabalho seguro que permita à ADFA, num prazo razoável, munir-se de elementos de estudo necessários à definição de uma estratégia abrangente, que vise o tratamento dos associados que verdadeiramente necessitem de ser apoiados. Igualmente pretendemos criar as condições para fundamentar iniciativas que sirvam de base à obtenção de medidas legislativas de compensação moral e material dos casos mais graves.

Centro de Psicologia Aplicada do Exército

No sentido da implementação de consultas para despistagem e tratamento do "stress" de guerra e da deficiência o Presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes, acompanhado pelo assessor daquele Órgão, Jorge Maurício, deslocaram-se, no dia 10 de Novembro, ao Centro de Psicologia Aplicada do Exército, onde foram recebidos, em reunião, pelo respectivo Director, Coronel Pamplona, na qual participaram alguns psicólogos daquele Centro.

Houve, por parte do Coronel Pamplona, tal como da equipa que o acompanhava, a maior receptividade para a colaboração daquele Centro relativamente às pretensões da ADFA, no que ao "stress" de guerra diz respeito, problema para o qual todos se encontravam já alertados.

Na sequência do encontro, a ADFA formulou, por escrito, pedido de apoio no sentido de que um psicólogo do CPAE possa vir a colaborar com o nosso corpo clínico, que irá acompanhar as consultas de despiste e terapia do "stress" de guerra e da deficiência, esperando-se que, tal apoio, venha a ser concedido.

HMP Audiência com o Director

No dia 10 de Novembro, decorreu uma audiência com o Director do HMP, na qual a ADFA esteve representada pelo elemento da DN Catarino Salgado, acompanhado pelo assessor daquele órgão Jorge Maurício, na qual foram tratados, entre outros, os seguintes assuntos:

- O problema da remodelação da rede eléctrica de abastecimento à Tipografia-Escola;
- O fornecimento de próteses e ortóteses;
- A prioridade dos grandes deficientes nas consultas médicas naquele hospital;
- O fornecimento de equipamento informático aos deficientes militares cegos;
- A incapacidade do Serviço de Urologia em dar resposta às necessidades dos nossos associados paraplégicos;
- A inexistência, em diversos serviços do HMP, de casas de banho adaptadas às exigências dos paraplégicos, nomeadamente na Urologia e na Cirurgia;
- A ocupação indevida dos parques de estacionamento para grandes deficientes motores naquela unidade hospitalar.

Em sequência, e por ultrapassarem a capacidade de decisão do Director do HMP, foi solicitada uma audiência ao General Comandante do Comando de Logística do Exército para tratar dos assuntos relativos à Tipografia-Escola e ao fornecimento de material informático para cegos.

Sabe-se, e informam-se os associados, de que já saiu em OS do HMP a directiva para que, em todos os serviços daquela Unidade de Saúde Militar, seja dada preferência no atendimento aos deficientes militares, com incapacidade superior a 60%.

Armistício da I Grande Guerra 77º Aniversário

A liga dos Combatentes, com a cooperação dos Estados-Maiores das Forças Armadas, e em cerimónia presidida pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, em representação do

ADME Depósito de participações em conta bancária

Avisam-se os associados, beneficiários da ADME, que, no momento da emissão de novos cartões, ou renovação dos anteriores, é necessária a indicação do NIB, relativo à conta bancária, onde aqueles serviços deverão proceder ao depósito das quantias referentes a despesas de saúde, não participadas

ADFA / Admite Técnico Administrativo

Pretende-se seleccionar Técnico Administrativo com idade inferior a 35 anos, com escolaridade mínima do 12º ano conhecimentos de informática na óptica do utilizador e alguma experiência na área administrativa geral. Dá-se preferência a associados e familiares.

Enviar "CURRICULUM VITAE" detalhado para a seguinte morada:

Jornal "ELO" - Ref.º "Técnico Administrativo"
Av.ª Padre Cruz
Edifício ADFA
1600 LISBOA

SETÚBAL

Clínica Dentária

Boca e dentes, próteses e Ortodontia
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do Centro Comercial do Bonfim)

Horário de funcionamento:

2.ª, 4.ª e 6.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 5.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

♦ mais informações contactar ♦
Delegação da ADFA de Setúbal

● ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA ●

CLÍNICA GERAL

Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
5.ª Feira 13:15h

PSIQUIATRIA

Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

UROLOGIA (Quinzenal)

Médico: Dr. Paulo Val
2.ª Feira 17:00h

PSICOLOGIA CLÍNICA

Dr.ª Teresa Infante
2.ª Feira 10:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h
4.ª Feira 09:30h às 12:30h
e 14:00h às 17:30h

SERVIÇO SOCIAL

Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D.ª Dulce Sousa

GABINETE JURÍDICO

Dr. António Carreiro

3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h

• c/marcação prévia,
(não se dão consultas aos telefone)

Marcações: D.ª Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

Em perspectiva

Profundas Alterações na Política Nacional de Reabilitação



A Direcção Nacional da ADFA foi recebida, no passado dia 24 de Novembro, pelo Secretário de Estado da Inserção Social, Dr. Rui Cunha.

A Direcção Nacional pretendia abordar com este membro do Governo, de quem passam a depender as estruturas nacionais de reabilitação, uma lista de assuntos da maior urgência, tais como a reinstalação da tipografia, o estatuto do CRPG, o subsídio de desemprego, entre outros. Entretanto, o tema tratado com alguma profundidade foi a política nacional de reabilitação e as medidas a tomar.

A Direcção da ADFA teve oportunidade de expressar a sua avaliação da reabilitação em Portugal nos últimos tempos, que é claramente negativa. O Secretariado Nacional de Reabilitação tem desenvolvido uma acção atrofante, contribuindo para o autêntico "apartheid" em que se transformou o mundo dos deficientes.

A ADFA, através da Direcção Nacional, solicitou ao Sr. Secretário de Estado a rápida reformulação do SNR, de molde a tornar-se-se, como consta do programa do Governo, no "instrumento de coordenação das políticas e dos meios, aos níveis central, regional e local, para a integração das pessoas com deficiências". Ao mesmo tempo, comunicou-lhe que gostaria de ver um deficiente à frente do organismo coordenador da reabilitação.

Para o relançamento urgente das estruturas nacionais da reabilitação, a ADFA colocou-se à inteira disposição do Sr. Secretário de Estado, para, como é lema seu, participar com toda a sua experiência e sensibilidade. Esta disponibilidade da ADFA foi bem aceite, tendo ficado agendada uma nova audiência, já para o próximo dia 14 de Dezembro.

A ADFA

entra na cooperação com os PALOP

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. José Lamego, recebeu, no dia 29 de Novembro, a Direcção Nacional da ADFA, a pedido desta.

A ADFA disponibilizou-se para colocar a sua experiência e conhecimentos ao serviço da reintegração social dos deficientes militares dos PALOP (Angola, Moçambique e Guiné). Isto no quadro da cooperação de Portugal com estes países.

Esta disponibilidade da ADFA, que pretende ao mesmo tempo garantir a realização dos direitos dos seus sócios aí residentes, foi bem aceite pelo Sr. Secretário de Estado. Prevê-se, para breve, uma deslocação do Dr. José Lamego ao CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia) a fim de avaliar a possibilidade de implementação de uma estrutura semelhante em Angola.

A concretizar-se esta possibilidade, tratar-se-á do primeiro grande passo a dar pela ADFA no domínio da cooperação. Isto terá reflexos de grande alcance para a reabilitação e reintegração dos deficientes militares angolanos oriundos do MPLA e da UNITA. E tê-lo-á também para a melhoria da situação dos que se deficientaram nas Forças Armadas Portuguesas e aí residem, em relação aos quais Portugal tem todas as responsabilidades.

A Direcção Nacional

Ministério da Defesa Nacional

Conforme o ELO anunciou, a DN solicitou ao Ministro da Defesa Nacional uma audiência, a fim de lhe expor as preocupações globais da ADFA sobre a situação dos deficientes militares.

Contactos insistentes junto do Gabinete do Ministro permitiram a informação de que, por sobrecarga de agenda, tal audiência só poderá ser concretizada a partir de meados de Dezembro.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Para tratar da questão dos princípios directores dos direitos fundamentais dos deficientes de guerra, que está em discussão na ONU, e outros assuntos ligados á cooperação a Direcção Nacional foi recebida pelo Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Miguel de Almeida Fernandes no dia 20 de Novembro.

Neste encontro, a DN solicitou que o MNE crie condições para que a Missão Portuguesa na ONU apoie aquela pretensão da FMAC, formulada pela ADFA e para que o apoio que a nossa associação pretende dar, num futuro breve, aos deficientes militares de Angola, Moçambique e Guiné, seja enquadrado no âmbito da cooperação entre Portugal e aqueles Países.

Sendo este último assunto da competência da Secretaria de Estado da Cooperação, foi solicitada audiência ao respectivo titular, já realizada, conforme notícia noutra local desta página.

Sócios Pendentes

Pagamento de Custos Administrativos

A Direcção Nacional decidiu normalizar o pagamento de custos administrativos, por parte dos sócios pendentes no acto da inscrição, que passarão a pagar, a partir desta data, a quantia única de Esc.: 11.500\$00 (onze mil e quinhentos escudos) até à sua admissão como sócios efectivos.

Em relação aos associados de origem africana, foi deliberado que os mesmos poderão ser admitidos como sócios efectivos da ADFA, desde que reúnem as condições previstas nos Estatutos, ou seja, a de terem adquirido uma deficiência permanente durante a prestação do serviço militar ou equivalente, independentemente de possuir ou não a nacionalidade portuguesa.

A DN reuniu

com o Director dos Serviços de Saúde do Exército.

No dia 29 de Novembro a DN foi recebida pelo Director dos Serviços de Saúde do Exército.

Nesta audiência, a DN salientou ao Brigadeiro Paralta de Figueiredo os prejuízos que advêm para os associados da morosidade no despacho dos processos que transitam pela SPIP. Foi nos referido que esta situação irá merecer uma atenção cuidada.

Relativamente ao fornecimento de próteses e ortóteses por parte do HMP, a ADFA entregou ao Senhor Director da DSS cópia da exposição enviada ao Chefe do Estado-Maior do Exército, na qual se pretende que as referidas ajudas técnicas sejam encaradas em pé de igualdade com a prescrição medicamentosa.

Relativamente às consultas e tratamento no HMP, a DN reforçou a solicitação, no sentido de ser facultada aos grandes deficientes prioridade de acesso às consultas, bem como a adaptação de casas de banho, nomeadamente em urologia e fisioterapia.

Tivemos também oportunidade de, mais uma vez, salientar a necessidade de deslocação ao estrangeiro, para tratamento clínico e protésico, dos associados em situação mais grave, dado não dispormos ainda em Portugal as respostas de que as mencionadas situações carecem.

O Senhor Brigadeiro Paralta de Figueiredo garantiu-nos que, desde que os serviços hospitalares, nomeadamente a fisioterapia, prescrevam esta solução, a DSS despachará favoravelmente dado entender que alguns casos especiais o justificarão.

Quotas

Conforme já foi divulgado no número anterior do "ELO", encontra-se em fase de estudo um sistema que permita o actualização das quotas em atraso.

Em todas as organizações o cumprimento dos deveres garante o benefício dos direitos e na ADFA irá também, muito em breve, proceder-se dessa forma: só poderão utilizar os serviços que a ADFA presta aqueles que mantenham, rigorosamente, as quotas em dia, os que, por isso mesmo, poderão beneficiar de preço especial nas refeições, de utilização dos serviços médicos, de apoio jurídico e social e ainda da prestação de qualquer tipo de informação.

Iremos, garantidamente, encontrar uma solução que a todos convenha. Em primeiro lugar, não se entende por que razão os associados considerados DFA se atrasaram no pagamento das quotas. Para estes, por hipótese, poderá vir a permitir-se a sua satisfação em prestações, se o atraso for muito. Aos associados cujos acidentes foram considerados como ocorridos em serviço poderá vir a reconhecer-se a hipótese de uma redução e faseamento do pagamento, nos montantes em atraso. Para os associados sem pensão e após análise criteriosa das respectivas situações, poderá essa redução ser mais alargada, podendo mesmo chegar à isenção.

Para que a ADFA possa defender os interesses dos associados é imprescindível que todos participem nas reuniões, nas tomadas de decisão e nos custos que a sua manutenção implica.

A situação começa a tornar-se insustentável, mas, e ainda que contra a nossa vontade, após o prazo a estipular, que será, seguramente, razoável, iremos proceder, conforme os estatutos determinam, à eliminação da qualidade de associado a todos aqueles que não assumam, inequivocamente, e dentro das possibilidades que forem equacionadas, o pagamento de todos os montantes correspondentes a quotas em atraso.

Admissão de Associados

Relação de candidatos a associados efectivos, divulgada de harmonia com o disposto no nº 4 do Artº. 8º dos Estatutos da ADFA:

- MANUEL MALAM SANHÁ
- JOSÉ DE MATOS SERÓDIO ANTUNES
- ERNESTO RODRIGUES
- JOAQUIM LUIS TELES
- ANTÓNIO JOAQUIM MOURÃO
- LUIS MIGUEL TAVARES G. PEREIRA
- JOSÉ PEREIRA FÉLIX
- ANTÓNIO TIAGO DOS REIS
- MANUEL BORGES
- LEÃO ANTÓNIO DA SILVA
- FERNANDO ALBERTO CARDOSO PINTO XA VIER DE BRITO
- ARMANDO NABIÇO AUGUSTO
- CARLOS FERNANDO ANSELMO DE OLIVEIRA SOARES
- JOÃO MANUEL DOS REMÉDIOS SILVESTRE
- MÁRIO DA SILVA RODRIGUES
- FERNANDO JOSÉ CATARINO
- MANUEL FRANCISCO MARTINS
- VICENTE PACHECO DE FREITAS
- JOÃO EDUARDO SAGUEIRO DA SILVA
- JOSÉ JESUS VIEIRA
- MANUEL LUIS MENDONÇA DE GOIS
- JOSÉ FERNANDES CAMACHO
- MANUEL OSVALDO MARTINS ANDRADE
- RUI CRISTIANO DA SILVA VIEGAS GUERREIRO
- AGOSTINHO ROSA GALVÃO
- BARTOLOMEU ANTÓNIO DA CONCEIÇÃO FITAS
- JORGE ANTÓNIO PEREIRA SEVERINO
- MANUEL JOAQUIM MARMELINHO
- PAULO SÃO JOÃO RODRIGUES

Exposição na Sede

De 11 a 15 de Dezembro, decorre na Sede, uma exposição dos artigos manufacturados pelos formandos dos diversos cursos em funcionamento.

Boas - Festas

O "ELO" deseja a todos os associados e familiares, colaboradores, assinantes e amigos, um Natal repleto de paz, e um Ano Novo cheio de felicidades.

Delegação do Porto

Associados Recomendam Medidas sobre os "Deficientes em Serviço"

Na reunião efectuada na Delegação do Porto, no passado dia 04 de Novembro, os 50 associados debateram e reflectiram sobre os "Def. em Serviço", o seu enquadramento jurídico e as consequências resultantes de se encontrarem abrangidos pelo "Estatuto da Aposentação da Função Pública".

O debate foi amplamente participado com a exposição de diferentes sugestões quanto às medidas a propor e estratégias a seguir, tendo finalizado com a aprovação duma proposta de recomendação apresentada pela Direcção de Delegação e complementada pela participação dos associados.

A proposta final mereceu a aceitação unânime dos presentes em que se incluía um associado de Seia e outro de Coimbra.

O teor da proposta é o seguinte:

Proposta de Recomendação

Os "Deficientes em Serviço" encontram-se abrangidos pelo Dec. Lei 498/72 - "Estatuto de Aposentação da Função Pública" Instrumento jurídico criado, para regulamentar as situações de reforma por invalidez e limite de idade dos funcionários da Administração Pública.

A aplicação daquele Diploma Legal aos "Deficientes em Serviço" origina situações caricatas e de manifesta injustiça, tais como:

- O valor de pensão acaba quase sempre por ser de igual montante, tanto para um Deficiente com 1% de incapacidade como para outro com 40% de incapacidade;
- Decorridos 10 anos sobre a fixação é cortada a possibilidade de revisão de incapacidade mesmo que se verifique um grande agravamento da deficiência;
- Incompatibilidade do exercício de funções públicas após a atribuição da pensão visto que o Deficiente em Serviço é considerado um aposentado.

Os exemplos citados demonstram a necessidade de uma mudança legislativa.

Assim, os associados reunidos na Delegação do Porto, em 04 de Novembro de 1995, reflectiram de forma solidária e construtiva sobre o "Estatuto dos Deficientes em Serviço" e recomendam à Direcção Nacional o seguinte:

- Que sejam revistas as situações, resultantes de acidentes ou doenças adquiridas ou agravadas no decorrer dos 14 anos de Guerra Colonial de forma a que todas aquelas que resultaram de acções de preparação da guerra ou guerrilha, sejam enquadradas no Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro.
- Que os Deficientes em Serviço sejam retirados do Estatuto da Aposentação Função Pública e seja criada legislação especial, se possível enquadrados num Estatuto global e que contemple todas as situações inerentes aos Deficientes Militares. Na 1ª reunião de associados do mês de Janeiro deve ser feito o ponto da situação sobre a implementação desta proposta.
- Os associados recomendam, ainda, à Direcção Nacional, uma discussão alargada sobre estas matérias.

A Direcção da Delegação procedeu ao envio desta proposta à Direcção Nacional e às Direcções das Delegações de ADFA, satisfazendo o desejo manifestado pelos associados.

Exposição sobre a "Guerra Colonial"

Vai a Delegação do Porto realizar com a colaboração do Externato Infante D. Henrique de Ruilhe (Braga) e a Delegação de Famalicão uma Exposição sobre a Guerra Colonial que inclui um valioso espólio recolhido por aquele estabelecimento de ensino e que tem sido mostrado em diversas localidades.

Horário de abertura:

A exposição estará patente ao público de 07 a 16 de Dezembro, das 13,30 às 19H00. Chamamos a atenção de todos os associados para a forma cuidada como a mostra foi elaborada, pelo que é de todo o interesse que os associados a visitem e convidem familiares e amigos a fazê-lo.

Salientamos ainda o interesse pedagógico de que esta exposição se reveste para as gerações que não viveram aquela época.

21º Aniversário da Delegação do Porto

A Delegação do Porto assinala no próximo dia 07 de Dezembro a passagem do seu 21º Aniversário.

Programa:

- 09H00 - Içar das Bandeiras
- 16H00 - Abertura da Exposição sobre a Guerra Colonial, da autoria do Externato Infante D. Henrique de Ruilhe - Braga.
- 18H30 - Missa na Igreja (nova) paroquial do Carvalhido pelos associados falecidos.
- 20H00 - Jantar na Delegação. Animação musical a cargo da Tuna do Externato Infante D. Henrique.

Actividades para o mês de Dezembro

- Dia 01** - Almoço de confraternização em Arouca com os associados e familiares dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra.
- Dia 07** - Comemorações do 21º Aniversário da Delegação com o programa já mencionado nesta página.
- Dia 08** - Almoço de convívio em STª Mª. Feira no Restaurante "Vamos E Vimos" para os associados daquela área.
- Dia 10** - Almoço de convívio em Viana do Castelo para os sócios da área.
- Dia 16** - Festa de Natal da Delegação do Porto, animação cultural e distribuição de lembranças aos filhos dos associados com idade até aos 12 anos.
- Dia 17** - Almoço convívio em Chaves no Restaurante "O Carvalho".

Apoio aos Sócios na compra de viaturas

A delegação do Porto tem à disposição dos sócios um serviço para os apoiar na compra de viaturas para uso próprio, com isenção de impostos.

O serviço funciona em articulação com uma empresa da ramo automóvel, permitindo a aquisição de viaturas de diversas marcas e modelos, desde que estejam enquadradas nos limites permitidos pela legislação em vigor.

Para utilizarem este serviço, os interessados devem contactar o GAOS, pessoalmente, ou através dos Telfs. 820403 820744.

Consultas de Próteses no Hospital Militar do Porto

Informam-se os sócios que a consulta de próteses e ortóteses no Hospital Militar nº1 do Porto, no próximo mês, efectua-se na seguinte data:

Dezembro - Quarta Feira - dia 13

A consulta realiza-se, na manhã do dia acima indicado, bastando que os sócios se apresentem na consulta de Medicina Física e Reabilitação e procedam à entrega do cartão de Deficiente Militar, naquele serviço.

Balanço das Reuniões Descentralizadas

A Delegação do Porto, cumprindo um dos objectivos consagrados no programa de acção dos seus actuais Órgãos Sociais, iniciou um mês após a tomada de posse, um programa de reuniões, em vários locais da sua área de influência.

O programa iniciou-se, em 19 de Agosto, com um jantar/debate, em Paredes. Seguiram-se reuniões em Chaves, no dia 17 de Setembro; no Porto, em 7 de Outubro e 4 de Novembro; em Arouca, no dia 14 de Outubro; em Ponte da Barca, no dia 14 de Outubro; em Santa Maria da Feira e Valença, no dia 14 de Outubro; em Vila do Conde, no dia 20 de Outubro; em Vila Real e Cabeceiras de Basto, no dia 21 de Outubro; em Viana do Castelo e Santo Tirso, no dia 28 de Outubro e em Valongo, no dia 11 de Novembro.

Os assuntos discutidos com os associados foram: criação de novos serviços na Delegação, acção reivindicativa, informações e recolha de críticas e sugestões.

Na reunião efectuada, no Porto, em 4 de Novembro, foi debatida a situação dos deficientes em serviço, tendo sido aprovada uma recomendação à Direcção Nacional a qual é referida em notícia própria.

As várias centenas de associados, que participaram nas reuniões, foram unânimes em aprovar as propostas apresentadas pela Direcção da Delegação para o aproveitamento de espaços desactivados, nos se irá procurar criar serviços, que visem apoiar e incrementar a vida associativa da Delegação.

Nas reuniões de Viana do Castelo e de Vila Real, alguns associados, embora poucos, fizeram ressurgir determinados temas, abordados na campanha eleitoral, levantando dúvidas que foram, pontualmente, esclarecidas.



Reunião de associados em Cabeceiras de Basto

Este programa serviu para estabelecer a tão necessária ligação entre os associados e ADFA, para que se fortaleça, cada vez mais, a sua unidade e coesão.

Reunião de Associados em Janeiro

A primeira reunião de associados, no ano de 1996, na Delegação do Porto, será no dia 6 de Janeiro pelas 15 horas.

Os assuntos a abordar são os seguintes:

- 1 - Actividades para 1996
- 2 - Acção reivindicativa
- 3 - regularização de quotas, em atraso.

Os associados devem participar pois, só desse modo, estarão informados e ajudarão, com as suas críticas e sugestões, a ADFA a alcançar os seus objectivos.

A Associação da Região do Douro para apoio a Deficientes, festejou o 5º Aniversário

A Associação da Região do Douro para apoio a deficientes, com sede no Peso da Régua, festejou, no dia 12 de Novembro, o 5º aniversário da sua fundação.

O grande dinamizador e actual Director Técnico dos Serviços de Formação Profissional daquela associação, é o nosso associado Manuel Pereira dos Santos Cigarro, deficiente visual e que tem desenvolvido uma acção meritória, em favor das pessoas com deficiência daquela região.

A delegação do Porto foi convidada para participar no programa, organizado para o efeito, tendo-se feito representar nos actos solenes da comemoração.

Festa de Natal

A festa de Natal da Delegação do Porto realiza-se, no dia 16 de Dezembro, pelas 15 horas, nas suas instalações.

A festa constará de um programa de animação musical e da distribuição de lembranças aos filhos mais novos dos associados.

Para poderem receber as referidas lembranças, os filhos dos associados com idade até 12 anos, deverão fazer a respectiva inscrição no Serviço de Atendimento e Apoio Social, até dia 12 de Dezembro.

A Direcção da Delegação apela a todos para que, nesse dia 16 de Dezembro, confraternizem e façam da Delegação o ponto de encontro natalício.

Delegação de Coimbra

Jantar Convívio / 95

O Natal aproxima-se e com ele a vontade de celebrar com os que nos rodeiam. Erguem-se as vozes, e os votos de dias felizes sucedem-se. As almas aquecem. Deste ambiente de festa e de partilha, fica a lembrança de momentos inesquecíveis, regados pelo sabor da amizade e da solidariedade.

Dia, 16 de Dezembro, pelas 20 horas no restaurante, "A Marisqueira" na Rua Dr. Sá Carneiro em Cantanhede.

As inscrições para o jantar deverão ser feitas na Delegação de Coimbra da ADFA até ao dia 12 de Dezembro, acompanhadas da quantia de Dois mil e oitocentos escudos.

Ementa

Sopa de legumes
Bacalhau à casa
Bifinhos com gambas, batatas fritas e arroz de feijão
Salada de frutas
Bolo Rei - Champanhe
Vinho, água, sumos, café e digestivo.

Para além do jantar, do convívio constará um programa musical constituído por música popular portuguesa, grupo de Coimbra e fados de Lisboa. Será dado início à campanha de angariação de fundos destinada à aquisição de novas instalações para a Delegação de Coimbra.

ADFA na rádio "Foz do Mondego"

Na continuação do programa de actividades de divulgação da ADFA, esteve a Delegação de Coimbra da ADFA presente num programa realizado no dia 1 de Novembro na rádio Foz do Mondego na Figueira da Foz. Deslocou-se àquela cidade o Presidente da Direcção, José Maia. Durante uma hora, falou-se dos deficientes militares, da ADFA, da Guerra Colonial e do 25 de Abril.

Foi explicada toda a acção da ADFA, como se formou, o presente e futuro da instituição.

A emissão radiofónica que abrangeu toda uma vasta área da região litoral centro, esteve aberto via telefone à participação dos ouvintes.

Estacionamento para Deficientes

Ainda na comunicação social escrita, o Diário de Coimbra publicou na rubrica "Fala o Leitor" um artigo de opinião sobre os parques de estacionamento para viaturas de deficientes motores existentes em Coimbra, e em particular sobre o espaço da ADFA e devidamente identificado na Av. Fernão Magalhães na zona das instalações da ADFA e que sistematicamente é indevidamente utilizado. Sobre este assunto, irá brevemente realizar-se mais uma reunião entre a ADFA, representantes da Câmara Municipal e PSP. Aproveita-se para informar os associados que a utilização do espaço da ADFA, requer a presença visível na viatura do cartão de sócio da ADFA.

Os associados continuam a usufruir dos serviços da Delegação para receberem as comparticipações da ADME. Para tal, basta entregar na ADFA a documentação necessária, ou enviá-la pelo cor-

reio. Quem quiser tratar pessoalmente dos reembolsos da ADME sem ser através da ADFA, poderá fazê-lo, dirigindo-se à Secção de pessoal da Brigada Ligeira de Intervenção, ex. Q.G. RMC, frente à penitenciária de Coimbra (segundas e quartas feiras depois das 10 horas). Autocarros que passam na baixa e servem a zona "8-46-1 e 5".

Mediante a apresentação do cartão de sócio, poderão os camaradas usufruir de condições especiais na utilização da estação de serviços Lubricentro Lda, na Rua Alexandre Herculano, quem desce do Hospital Militar, Arcos do Jardim em direcção à praça da República. Combustíveis, pneus, manutenção de viaturas são serviços à disposição dos associados a preços convidativos.

Delegação de Famalicão

Festa de Natal/95

Vai realizar-se como habitualmente, na manhã de 10 de Dezembro de 1995, Domingo, a nossa festa de Natal, dedicada aos Filhos e Netos dos nossos associados.

Este ano será realizada no Salão Paroquial de Esmeriz, devido às precárias condições existentes actualmente no Cinema desta cidade onde habitual realizamos esta.

O programa da Festa, contará de Ilusionista, Ventríloquo, Cantores e os célebres Palhaços.

No intervalo, realizaremos o já nosso habitual e esperado Sorteio entre os presentes, de uma ou duas Bicicletas de Montanha.

Durante o decorrer da Festa, distribuir-se-ão as lembranças e guloseimas pelas crianças, Filhos e Netos, previamente inscritos para esse fim, pelos seus Pais ou Avós.

Direcção de Delegação

a) A Direcção informa todos os Associados, que passará a reunir ordinariamente todas as primeiras Segundas-Feiras do mês na Sede de Delegação, com início às 20H30.

Estas reuniões serão abertas a todo e qualquer Associado que queira estar presente.

b) Mais informámos, de que nos primeiros Sábados de cada mês, estaremos à disposição dos Associados na Sede da Delegação, no período das 14H30 às 17H30.

Núcleo de Guimarães

A Direcção da Delegação, informa todos os Associados da área do Núcleo, de que estará presente e à disposição dos Associados da Área, todos os últimos Sábados de cada mês, para prestar todo o tipo de informação, resolução de problemas e apoio. Manter-se-à a deslocação habitual do nosso funcionário Gouveia, como até aqui.

A presença da Direcção ou dos seus representantes, será da parte da manhã, das 10H00 às 12H00.

Delegação da Madeira

Reuniões da Direcção

A Direcção da Delegação da ADFA, na Madeira reúne todas as segundas feiras úteis, pelas 19 horas, na sua sede sita na Rua Velha da Ajuda, 50 - Funchal - Telf. 65171.

Os associados, que necessitem contactar com a Direcção, deverão comparecer, nesse horário, sendo conveniente o contacto telefónico antecipado.

O horário de atendimento aos sócios é no período da manhã de todos os dias úteis. No entanto é sempre conveniente telefonar, antecipadamente.

Pagamento de Quotas por transferência bancária

Lembramos aos nossos associados Pensionistas de Preço de Sangue (PPS) que foi efectuado, no dia 20 de Novembro, o débito de Esc.6000\$00 relativo ao pagamento da quota anual de 1995.

No dia 23 de Novembro também foi efectuado o pagamento da quota respeitante ao 2º semestre de 1995, na importância de Esc 3000\$00, aos sócios não DFA que apenas tinham pago as quotas do 1º semestre (salvo raras excepções).

Oportunamente será remetido o respectivo recibo, que interessa guardar, para efeitos de IRS.

Convívio de Natal/95

como é já tradição, a Delegação da ADFA, na Madeira, realiza, no dia 10 de Dezembro (Domingo), com início pelas 12 horas, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, sita na Rua 31 de Janeiro, nº 117 - Funchal - a "Festa de Natal" dedicada aos filhos dos associados residentes, nesta Região.

Haverá um almoço -convívio, com animação musical e distribuição de brinquedos às crianças, até 12 anos de idade, inclusive.

É obrigatória a inscrição dos participantes, até ao dia 4 de Dezembro.

Os brinquedos serão oferecidos pela Delegação.
As crianças, até aos 6 anos, não pagam.
Dos 6 aos 12 anos pagam Esc.500\$00.
Além dos 12 anos, pagam Esc. 1.500\$00

Inscreve-te ----- Divulga ----- Participa

Entidades Militares Recebem Direcção da Delegação

No dia 15 de Novembro de 1995, os elementos da Direcção da Delegação foram recebidos pelo Comandante da Zona Militar da Madeira, Brigadeiro Tavares Pimentel, com a finalidade de apresentação de cumprimentos e divulgação das actividades da ADFA, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Em seguida, a Direcção da Delegação foi recebida pelo Chefe do Estado Maior do QG/ZMM, Cor. Magalhães, apresentando cumprimentos e expondo assuntos de interesse associativo, nomeadamente: ADME, SSFA, transporte entre a Madeira e Porto Santo em benefício dos os deficientes militares, cedência de viatura, instalação de telefone militar e serviços de consultas por médicos avançados. Fomos informados que existem negociações com uma clínica do Funchal, para prestação de serviços médicos aos pensionistas e familiares beneficiários da ADME.

Ainda, no mesmo dia 15, os 3 elementos da Direcção foram recebidos pelo Comandante do Regimento da Guarnição nº 3, Cor. Macedo, onde foram expostos os assuntos atrás mencionados, seguindo-se um almoço.

Direcção da Delegação recebida pelas Entidades Governamentais Regionais

Na sequência dos contactos atrás referidos, no dia 22 de Novembro, o representante do governo Regional da Madeira, na pessoa do Secretário Regional dos assuntos Sociais - Dr. Rui Adriano, recebeu uma representação da Delegação, composta por 3 elementos da Direcção, pelo Presidente da MAGD e pelo representante do Conselho de Delegação (Ivo Paulino, Hugo Guerra, Nobre Pereira, João Martins e Armando Costa).

Neste encontro foi apresentada a realidade da ADFA e a necessidade de haver maior ligação entre a DRSS e a ADME, em favor dos deficientes militares da Madeira.

A referida entidade governativa expressou a sua disponibilidade para apoiar a Associação, nos sob sua tutela, bem como colaborar na divulgação da existência da ADFA, na Madeira, como forma de melhor apoiar os deficientes militares na Região.

Ficou no ar a possibilidade de o Governo Regional conceder algum apoio para se proceder ao levantamento, em toda a Região, dos deficientes militares.

No mesmo dia, a Direcção da Delegação foi recebida pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Dr. Miguel Mendonça, que, gentilmente, se prontificou a prestar o seu apoio à ADFA, reconhecendo a importância e vitalidade dos serviços prestados por esta a todos aqueles que se deficientaram ao serviço da Pátria.

Partidos Políticos recebem a ADFA/Madeira

Os Órgãos Directivos da ADFA/Madeira foram recebidos, no dia 22 de Novembro, pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa Regional, representado pelos deputados Jardim Ramos e Patrocínio Figueira.

Além dos cumprimentos protocolares, foram expostos vários assuntos relacionados com o associativismo dos Deficientes militares, nesta Região, tendo o referido organismo mostrado a sua boa vontade na divulgação da nossa existência, como forma de melhor apoiar os vários deficientes espalhados pela Madeira.

Foi também referido que o Parlamento Regional irá consultar a ADFA, sempre que sejam debatidas propostas relativas aos deficientes militares (quer em campanha, quer em serviço).

Através de ofício nosso, foram solicitadas audiências aos restantes grupos parlamentares, com assento na Assembleia Regional, designadamente PS, PP, UDP, CDU e PSN, que devido à disponibilidade foram agendadas para depois da reunião do Conselho Nacional da ADFA.

Estas audiências foram objecto de diversos artigos, na comunicação social da Madeira.

Lista Actual dos Médicos Contratados

Relação dos Médicos contratados pelo QG/ZMM para prestação de serviços clínicos aos beneficiários da ADME:

Otorrinolaringologia	Dr. Jones Cardoso — R. do Aljube nº 61 - 2º Dtº — Telf.222020 — 4ª e 6ª às 17H00
Dermato-Venereologia	Dr. Camacho de Freitas — R. Antº José Almeida — Telf. 23412, 21288 e 29640 — 3ª, 5ª e 6ª às 14H00a
Estomatologia	Drª Alexandra Abreu — R. do Sabão nº 53 - 3º — 3ª e 5ª das 9H00 às 19H00 Clínica Alter do Chão R. João Távora, nº4 2º Sala B — Telf. 233655 — 2ª a 6ª das 9h00 às 12H00 e das 14H00 às 18H00
Ortopedia	Dr. J. Fernandes — Rua das Pretas — Telf. 223700 — Todos os dias úteis das 15H30 às 19H00
Psiquiatria	Dr. N. Fernandes — R. 31 de Janeiro 71 - 1º Dtº — Telf. 235782 — Todos os dias úteis da parte da tarde
Cirurgia	Dr. Nicolau Borges — Clínica do Carmo — R. Carmo, 48 — Telf. 220314 — Todos os dias úteis às 14H00
Oftalmologia	Dr. Rui Pereira — R. do Carmo nº 2, Sala 12-1º — Telf.231715 2ª das 16H30 às 17H30 e das 15H30 às 17H30

Para estas consultas torna-se necessário, segundo as normas actuais do QG/ZMM, o levantamento de uma requisição passada pelos Serviços Clínicos Militares, sitos na Quinta Deão - Funchal.

Para melhores informações contactar o QG pelo telefone 221025

Delegação de Évora

Assembleia Geral Nacional Eleitoral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Artigos 28º e 66º dos Estatutos e das Disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados da Delegação de Évora para a Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no dia 09 de Dezembro de 1995 (Sábado), das 09 às 19 horas, com vista à votação para o Conselho de Delegação da Delegação de Évora.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, funcionará com uma mesa de voto, sita na Rua dos Penedos, nº 10 C, Évora.

ADFA, 24 de Outubro de 1995

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

O Presidente

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

Candidatos efectivos:

Francisco José Canals	associado nº 152
Augusto Marchante de Oliveira	associado nº 1203
Agripino José Ludovico Cascalho	associado nº 1586
Alberto dos Santos Varges	associado nº 4109
João Manuel Mocho Rolo	associado nº 6177
Eliseu Manuel Rato Damázio	associado nº 9020
Augusto José Rato Barreto	associado nº 12179

Candidatos suplentes:

Fernando Manuel Barroso	associado nº 1997
Armando José Malveiro	associado nº 7692

Texto de Armindo Roque e de Marta Gouveia

É melhor não falar! É melhor não escrever!

O Distúrbio Pós-Traumático de Stress (DPTS) foi debatido, em Lisboa, no "Encontro Nacional de Stress Traumático", de 25 a 27 de Outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, organizado pela Associação Portuguesa de Terapia do Comportamento.

A ADFA esteve representada, neste Encontro, pelo presidente da DN, Lavouras Lopes e pelo 1º vice-presidente, Lopes Dias, que fizeram intervenções em diferentes painéis. Participaram ainda diversos técnicos e sócios de diversas delegações. Isto foi uma das suas características inovadoras, pois em seminários desta índole geralmente os deficientes não têm direito à palavra.

Se bem que o Encontro se debruçasse sobre diversos tipos de "stress", foi o de "guerra" que dominou as atenções. Constatou-se que os psiquiatras estão pouco sensibilizados para a problemática do "stress de guerra", embora a situação seja muito melhor do que a existente há 8 anos atrás, onde apenas havia atendimento para esta patologia no Hospital Júlio de Matos, e hoje ela já existe no Hospital Miguel Bombarda, no Hospital de Stª Maria, no Hospital de s. João no Porto, no Hospital da Universidade de Coimbra e em diversos hospitais militares.

As comunicações versaram sobre temas variados e de grande interesse, como as *Catástrofes Naturais*, cuja ansiedade desorganiza os comportamentos; a *Violação*; a *Tortura*, tema ali trazido pela Amnistia Internacional, instituição que revela que aquela tem crescido em vez de decrescer; as *Consequências Biológicas e Sócio-Familiares* do Distúrbio Pós-Traumático de Stress, sendo algumas destas últimas o isolamento, o decréscimo do afecto e as dificuldades profissionais. Curiosamente verifica-se uma taxa muito baixa de divórcios entre os casais afectados, remetendo-se uma provável explicação para o facto da escolha do futuro cônjuge ter sido feita, na generalidade, antes da guerra.

No segundo dia analisaram-se temas tais como as *Consequências Médico-Legais*, *Violência contra as Mulheres* e, com particular interesse, o *Stress Traumático nas Profissões de Risco*, onde se pôde ouvir falar de experiências concretas nas forças militares, nos profissionais da emergência civil (o caso de médicos e enfermeiros no Ruanda), nas forças de manutenção da paz (o caso da Bósnia) e na Emergência Médica.

A ADFA substitui-se ao Estado

O 1º Vice-Presidente da Direcção Nacional da ADFA, Lopes Dias, apresentou uma comunicação no âmbito do tema "Instituições na Comunidade", durante a qual expôs as origens da ADFA como tendo sido geradas pela inexistência de estruturas que visavam a reabilitação e reintegração dos deficientes evacuados das frentes de combate da Guerra Colonial. Assim que foi possível, com o 25 de Abril, congregaram-se milhares de homens numa Associação, que veio substituir o próprio Estado, e trazer-lhes uma nova perspectiva de futuro, pois que de outra maneira teriam sobrevivido através da mendicidade. Pela primeira vez os deficientes não tiveram vergonha de vir para a rua e manifestar-se em defesa dos seus direitos. Lopes Dias referiu ainda os serviços que a ADFA presta aos seus associados a nível jurídico, médico, de formação, emprego, etc.

No último dia do Encontro foram descritas as *Características de uma Amostra de 170 Ex-Combatentes da Guerra Colonial Vítimas de PTSD*, num painel moderado pela Drª Fani Lopes. Se fizermos uma extrapolação a partir da Guerra do Vietname, calcula-se que em Portugal possa haver cerca de 140 000 ex-combatentes afectados por problemas psicológicos crónicos.

O Dr. Afonso de Albuquerque descreveu os factores de stress comuns a todas as guerras e definiu-as como sendo a situação mais traumática para a humanidade, não só por serem causadas pelo próprio homem como por atingirem populações na globalidade.

A situação de Distúrbio Pós-Traumático de Stress tem sérias consequências biológicas, médicas, psicológicas, familiares, sociais e legais. É agravada por um mau apoio social, sentimentos de culpa e humilhação, comportamentos violentos e apetência por drogas e/ou álcool. Daí que o enquadramento social seja extremamente importante, o que se comprova pelo facto de as vítimas do distúrbio que mais depressa recuperam serem aquelas com um sólido relacionamento conjugal e familiar.

Solidariedade de grupo e reabilitação

O Presidente da Direcção Nacional da ADFA, no painel sobre a "Reabilitação", baseou a sua intervenção na solidariedade de grupo e reabilitação. O risco e a violência do serviço militar e da guerra são favoráveis a situações traumatizantes; de regresso a Portugal, onde politicamente a guerra não existia e socialmente não podia ser discutida, os militares recalçaram muitos desses traumas, que só vieram a emergir mais tarde.

A situação torna-se triplamente melindrosa para aqueles que regressaram com uma deficiência: tiveram que se recompor da tensão da guerra, superar uma tragédia pessoal e enfrentar a rejeição da sociedade.

Referiu a importância decisiva que teve a ADFA no sentido de consciencializar a opinião pública em relação à problemática da deficiência e de dar aos deficientes militares suporte legislativo. Conseguiu, inclusivamente, que certos casos do foro psíquico fossem considerados "Deficientes das Forças Armadas".

O espírito de corpo, a camaradagem e a entreajuda, em contrapartida aos sentimentos de repulsa e protecção da sociedade, compensaram a ausência de um processo de reabilitação. Só com o 25 de Abril e a liberdade de associação é que começou a ser possível o diálogo com a sociedade, terapêutico para ambas as partes, porque também esta estava traumatizada, e daí a sua relação de-

sastrada com os deficientes militares. A intervenção pública e associativa foram os melhores psiquiatras, psicólogos e terapeutas. Não havia tempo para o "stress".

Lavouras Lopes referiu ainda que esta dinâmica se revestiu de uma utilidade pública inestimável, pois hoje os deficientes de guerra portugueses, não obstante injustiças prevaletentes, não enxameiam as ruas de mão estendida à caridade, não constituem o grosso dos sem-abrigo e não são o peso morto das famílias e da Nação.

Mas a fragilização provocada pela idade é agravada pela deficiência, e as situações de stress tendem a aparecer. A ADFA está a preparar-se para esta nova fase. É esta a razão porque muitos deficientes militares estão agora a inscrever-se como sócios, porque nesta idade sentem mais agudamente as dificuldades do dia-a-dia. A ADFA tem para estes as portas abertas; terão uma grande força a apoiá-los e a defender os seus direitos. É que a ADFA, daqui para diante, terá forçosamente que dar uma maior atenção às fragilidades psíquicas, radicadas no trauma da guerra e agravadas ou não por traumas posteriores.

Armindo Roque apresentou uma comunicação sobre "os deficientes ao longo da História" na qual frisou as barreiras culturais que ainda existem em relação à pessoa com deficiência, que tem a árdua tarefa de ultrapassá-las ou tentar viver com elas. Deu-nos uma interessante perspectiva histórica sobre a evolução da forma como o deficiente tem sido encarado pela sociedade ao longo dos tempos.

Sessão de encerramento

A Drª Maria Barroso foi convidada para encerrar o Encontro. Não foi possível a sua deslocação, pelo que enviou uma mensagem em que se mostrou solidária com esta iniciativa. Referiu-se particularmente à violência, considerando-a o maior factor de risco que afecta a actual sociedade, e cuja génese está na pobreza. Salientou também o problema das "crianças feitas soldado", sublinhando que não podemos permanecer passivos perante esta situação.

Os principais organizadores deste Encontro, Dr. Luís Gamito, Drª Fani Lopes e Dr. Afonso de Albuquerque, apresentaram as conclusões, onde referiram que esta não terá sido uma reunião típica só entre profissionais e técnicos, mas para mais pessoas que tiveram oportunidade de ver, ouvir e falar de temas muito pouco conhecidos.

Embora o programa não fosse ambicioso, constitui um marco o facto de se ter realizado em Portugal um acontecimento com estas características; houve uma avaliação correcta da situação, com intervenções de grande qualidade, que ilustraram a preocupação e o trabalho dos técnicos do país. Verifica-se uma situação de transformação, pois a partir de agora, que este trabalho é conhecido, pode-se avançar ainda mais e de forma mais segura.

Outro objectivo alcançado foi a criação de uma associação de língua portuguesa para o estudo do Stress Traumático. É uma associação científica que vai promover esta área de estudo a nível da formação, estágios, apoios, etc. Espera contar com a colaboração de outros países de língua portuguesa, como o Brasil e os PALOP. Ligada com a adesão a esta associação está a especificidade do tema, que constitui um paradoxo. Por um lado, pode afastar o interesse das pessoas; por outro, é um local onde elas se podem dirigir quando saibam o que querem, o que lhes traz motivação por saberem que se estão a dirigir ao local certo.

Mais um dos objectivos foi a sensibilização, informação e o alerta da classe médica para as terapias mais eficazes nesta matéria. Nomeadamente os psiquiatras continuam a interessar-se mais pelos tratamentos biológicos do que pelos psicológicos.

A temática da Guerra do Ultramar continua a ser evitada. Não se vê retratada pelos nossos escritores eminentes. Conclui-se que, devido ao facto da guerra ser o comportamento humano mais degradante e incompreensível, é provocado nas pessoas o reflexo "é melhor não falar, é melhor não escrever".

A exposição, que decorreu paralelamente ao Encontro, com pintura, fotografia, montagens e aspectos monográficos, permitiu a vivência do passado colonial e da resistência ao racismo em Portugal. É de referir que os manuais escolares apenas incluem meia dúzia de linhas sobre o tema, e na maioria das vezes o ritmo das aulas nem permite que se chegue ao fim do programa. Foi, por isso, particularmente útil aos jovens que a puderam visitar. Houve mesmo quem tenha afirmado, de lágrimas nos olhos: "Ninguém me tinha dito que tinha sido assim. Agora já percebo melhor o meu pai."

Texto de Teresa Infante

Seminário pré-encontro

O Distúrbio ou perturbação Pós-Traumática de Stress (DPTS) é uma situação psiquiátrica que tanto pode afectar crianças, jovens ou adultos, tendo como factores precipitantes a violência física e/ou sexual, acidentes e catástrofes naturais ou acontecimentos provocados mais directamente pelo ser humano, tais como a guerra e a tortura, entre outros.

Foi esta também a ideia que esteve subjacente à realização do Seminário Pré-Encontro subordinado ao tema "Perturbação Pós-Stress Traumático: Diagnóstico e Tratamento", no qual participaram psicólogos, psiquiatras, estudantes finalistas de psicologia e outros técnicos portugueses, angolanos e moçambicanos.

Iniciou-se com uma evolução histórica deste conceito, referindo desde o primeiro registo que descreve este síndrome, ainda no século passado, até à elaboração do diagnóstico de Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD) oficializado pela primeira vez no Manual de Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM III - 1980).

Um outro aspecto abordado diz respeito à necessidade de se obter o maior número possível de informação acerca de cada indivíduo, quer da sua história pessoal (até ao momento que sofreu uma perturbação traumática) quer de todas as manifestações que surgem posteriormente, tais como medo intenso, recordações intrusivas, pesadelos, imagens recorrentes, irritabilidade e agressividade, de forma a se poder elaborar um diagnóstico correcto.

Mereceu destaque o facto da abordagem terapêutica, individual ou em grupo, dever focalizar-se tanto na situação traumática e nas reacções do paciente ao trauma, como também no exame das conexões entre os acontecimentos e o seu significado para a vida actual dos indivíduos. É de não esquecer o papel facilitador do terapeuta neste tipo de situações, visto que o objectivo principal da intervenção terapêutica será o de proporcionar aos pacientes recursos internos adaptativos, de forma a ficarem mais habilitados a responderem ao meio envolvente e a adquirirem estratégias para lidar com o stress da experiência traumática, em face de situações futuras.

Avaliação do Programa HORIZON

No Centro de Emprego do IIEFP de Aveiro, realizou-se, nos dias 16 e 17 de Novembro, um Seminário para a Avaliação da Iniciativa Comunitária HORIZON (1992-1994).

A ADFA participou neste Programa com o Projecto "Barreiras Culturais da Integração dos Deficientes" e fez-se representar por Armindo Roque e Emília Bento.

No Encontro participaram 400 pessoas em representação dos cerca de 200 projectos.

No Seminário, e na Exposição realizada paralelamente, foram apresentados os produtos mais inovadores no âmbito da Reabilitação, Formação, Emprego e Integração Social das Pessoas com deficiências e outros grupos sociais desfavorecidos. Destacamos o Projecto do CRPG, sobre tele-formação, cujos resultados foram apresentados por Jerónimo de Sousa.

António Charana, na qualidade de coordenador Nacional do Programa Horizon, apresentou as conclusões, das quais realçamos o facto de a maioria dos beneficiários não terem sido os deficientes e outras pessoas desfavorecidas - toxicódepentes, prostitutas, etc- (1623), mas sim os técnicos (2421).

António Charana justificou este facto com a grande preocupação que existe na preparação técnica, no desenvolvimento de competências técnicas e na construção de estruturas.

Focou que existem ainda muitas assimetrias regionais do Norte em relação ao Sul e do Litoral em relação ao Interior.

No que concerne às parcerias, elas foram essencialmente feitas com organizações do Sul da Europa.

A continuidade do Programa foi considerada necessária pois, se tal não acontecer, corre-se o risco de a maioria dos projectos pura e simplesmente se extinguirem, o que poderá suceder, devido ao facto de a verba do Quadro Comunitário de Apoio ser manifestamente insuficiente para o número de projectos apresentados.

No que concerne ao projecto da ADFA, que tem como objectivo continuar as investigações sobre as "barreiras culturais à integração da pessoa com deficiência" e de criar um sistema de tele-emprego, não temos ainda uma resposta definitiva, se bem que, no Seminário, António Charana tenha informado que a medida 4, em que nos inserimos, está a ser reavaliada.

Programa Helios Para uma Sociedade Plural

Na Liga Portuguesa de Deficientes Motores, realizou-se, nos dias 10 e 11 de Novembro, o Seminário Final Helios subordinado ao tema "Para uma Sociedade Plural - Eliminação das Barreiras Sócio-Psicológicas".

A ADFA fez-se representar na Sessão de Abertura pelo presidente da Direcção Nacional, Lavouras Lopes e na de Encerramento pelo relator do Conselho Fiscal Nacional, Armindo Roque

FMAC

Reunião do Conselho Geral

Uma delegação da ADFA vai deslocar-se a Marrocos, a fim de participar na 54ª reunião do Conselho Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas da Guerra (FMAC), que terá lugar, de 5 a 10 de Dezembro, em Marraquexe.

O Conselho Geral da FMAC é o órgão mais importante da Federação, na prática, substituindo a Assembleia Geral, nos interregnos trienais da convocação desta.

Este Conselho irá apreciar o relatório e contas e debruçar-se sobre as actividades futuras da Federação.

Por outro lado irá analisar cerca de meia centena de projectos de resolução, versando quase todas, matérias legislativas a implementar em favor dos deficientes militares.

É a primeira reunião estatutária da FMAC no Continente Africano e terá como ponto alto a comemoração, em simultâneo, dos 45º aniversário da FMAC, 50º do fim da 2ª Guerra Mundial e 20º da assinatura da Acta Final de Helsínquia.

Reunião Estatutária

A mesma delegação da ADFA, participará também numa reunião do grupo de trabalho - Resolução 29, constituído para elaborar a revisão estatutária da Federação a aprovar na próxima Assembleia Geral que terá lugar em Dezembro de 1997, e que tem por finalidade adequar as estruturas e as actividades da FMAC de molde a permitirem, por um lado, uma maior participação e dinamização das associações membros e, por outro, acentuar a divulgação e impacto na opinião pública mundial das iniciativas em prol dos deficientes de guerra, deficientes militares e vítimas da guerra.

Deficientes militares Angolanos visitam ADFA

No final do corrente mês, encontra-se prevista uma reunião conjunta, em Lisboa, entre responsáveis da ADFA e da Associação de Mutilados de Guerra de Angola (AMMIGA), a fim de serem debatidos e equacionados diversos assuntos bilaterais, no campo da cooperação tão desejável entre as duas associações, e onde serão, seguramente, estudados alguns pontos da ordem de trabalhos das referidas reuniões da FMAC, que se realizarão em Marraquexe.

Jacques Santer recebe delegação da FMAC

Por outro lado, no passado dia 3 de Novembro, o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, recebeu, na sede da Comissão, em Bruxelas, uma delegação da FMAC, composta pelos Presidente, Bijoin Egge, Vice-Presidente, Emile Krieps, Secretário Geral, Serge Wourgaft, Presidente do Conselho Geral, Phillipe Dixon e Presidente da CPAE, José Arruda.

Esta visita destinou-se a sensibilizar Jacques Santer para a experiência de 45 anos da FMAC, pelo enorme trabalho desenvolvido em prol da reabilitação dos deficientes de guerra, militares e civis.

A ADFA foi uma das organizações com realce na entrevista, devido à realização da 6ª Conferência internacional sobre legislação, às potencialidades de cooperação com os PALOP e ao recente esforço pela criação de uma Declaração Universal dos Direitos dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

Jacques Santer, mostrando-se interessadíssimo, salientou que os pontos de vista da FMAC são convergentes com os seus próprios e da CE referindo que iria instruir os serviços para uma maior difusão da informação sobre a FMAC e diligenciar no sentido de activar um canal que permita estabelecer um elo de ligação eficaz entre os serviços da CE e da FMAC.

Associativismo de deficientes

Em Almada, conforme o ELO anunciou na sua última edição, foram realizadas, durante o mês de Novembro, uma série de encontros e actividades destinados a deficientes e suas associações, que mantiveram em permanente acção a realidade da reabilitação quer naquela cidade, quer no respectivo concelho.

De tais acontecimentos, que incluíram reuniões associativas, jornadas de reabilitação e actividades desportivas, realçamos:

A.A.D.V.

Sentida a falta de uma organização que aglutinasse e acompanhasse os deficientes visuais daquela área, foi, no dia 2 de Novembro, apresentada a Associação de Apoio ao Deficiente Visual - AADV, e os objectivos que prossegue para o apoio aos cegos daquela zona, numa sessão pública onde a ADFA se fez representar pelo elemento da DN, Luís Machado.

Jornadas de Reabilitação

Com temas que abordaram áreas de reabilitação, que debateram desde a situação das estruturas hospitalares de reabilitação, à integração social das crianças, dos adultos em idade activa aos idosos, foi levado a efeito, nos dias 16 e 17, no serviço

de medicina e reabilitação do Hospital Garcia de Orta, as II Jornadas de Reabilitação daquele concelho.

UCNOD

Nos dias 25 e 26, no Complexo Municipal dos Desportos "Cidade de Almada", realizou-se o VI Congresso Nacional de Deficientes, organizado pela UCNOD.

Neste Congresso foram debatidos temas que se prenderam com questões sociais e económicas dos deficientes, os deficientes e o movimento associativo em Portugal, e a UCNOD e o movimento internacional dos deficientes.

O mundo cruel dos cegos

"Ensaio sobre a Cegueira" é o último livro de José Saramago, lançado no início de Novembro.

Contrariamente ao sugerido pelo título, não se trata de um obra científica ou mesmo especulação teórica sobre a cegueira. É uma obra de ficção, com personagens que têm a particularidade de serem cegos.

Para demonstrar que o mundo é habitado por pessoas que cultivam a violência, o autor recorre à metáfora da cegueira. É retratada uma sociedade cujos membros vão progressivamente cegando, com excepção de uma personagem, a mulher do oftalmologista. São os comportamentos dessa sociedade de cegos que a narrativa evidencia, vistos pelo narrador e testemunhados pela única personagem que conserva a vista.

Esta cegueira colectiva não tem um fundamento plausível. Não se vê sequer que seja uma inspiração do Velho Testamento, onde Deus punia os pecadores com uma deficiência física. Trata-se simplesmente de uma epidemia, que vai enviando para o mundo das trevas todos os cidadãos. A cegueira colectiva não tem uma causa, tem um objectivo - mostrar a razão sem o brilho da luz. Cegas, as personagens são naturais, isto é, são más. A nova sociedade dos cegos põe a nu a natureza humana: o egoísmo violento. As personagens destroem os laços sociais e perdem o que chamamos dignidade humana. Apenas um traço leve: passam todos a tratar-se por tu. A fotografia a preto e branco do homem liberto das regras de convivência é a de um cego.

Estamos perante o antimito do bom selvagem. Rousseau, há dois séculos, se usasse a metáfora da cegueira para mostrar o homem natural, não corrompido pela sociedade, teria, ao contrário de Saramago, descrito uma sociedade harmoniosa. No "Ensaio sobre a Cegueira" temos o homem que não "vê" o alcance dos seus actos e os pratica sem restrições sociais, ou seja, como sempre os praticaria, se pudesse. É o homem a quem falta, afinal, a luz da razão, ou seja, a razão é que está cega.

A metáfora ocasional e chocante desfaz-se no final da narrativa, porque já cumpriu a sua função, com os cegos a retomarem objectivamente a visão. Perdura entretanto a metáfora banal, não incómoda, mas a verdadeiramente significativa, quando, nos primeiros momentos de vista recuperada, uma personagem afirma que cegos sempre eles foram.

A metáfora da cegueira, para ilustrar a maldade humana, é literariamente produtiva, e o livro tem o seu êxito assegurado. Trata-se de uma figura que o senso comum legítima, porque veicula um saber culturalmente fixado, que o escritor soube aproveitar e explorar. Desmontando os mecanismos da metáfora, vemos que as personagens, quando adquirem a cegueira, passam a ser más, ou seja, adquirem características intrínsecas aos cegos. É esse traço - a maldade - comum às duas realidades, cegos genericamente entendidos e personagens cegas, que permite a relação metafórica.

Ao alicerçar as narrativas em conceitos negativos sobre deficientes, a literatura reforça as barreiras culturais da integração social, porque consolida e legitima os preconceitos. O "Ensaio sobre a Cegueira", visto a esta luz, não favorece a causa dos deficientes. Mas esta é uma leitura explícita que o leitor ideal do autor não fará, embora, implicitamente, não deixe de a fazer. E será esta leitura, porventura, a mais poderosa.

António J. Lavouras Lopes

P.S. A ADFA fez-se representar pelo associado Armindo Roque, na cerimónia de lançamento do livro, no dia 2 de Novembro, que se realizou em Lisboa, no Hotel Altis, tendo, na altura em que o autor autografava o livro, adquirido pela ADFA, manifestado ao autor a sua preocupação pelo menos bom serviço que desta forma é prestado à causa dos deficientes.

José Saramago reagiu a esta preocupação e prometeu que responderia à posição que a ADFA viesse a tomar. Aguardamos essa resposta.

Distúrbio traumático ADFA e APOIAR reuniram

Dentro da filosofia de contactos a desenvolver, conforme já noticiado noutra página desta edição, e no sentido de a nossa associação reincrementar consultas que permitam o despiste,

acompanhamento e reconhecimento legal do DPTS, as direcções da ADFA e da APOIAR reuniram-se, na nossa sede, dia 22 de Novembro, onde reconheceram a existência de grande coincidência de pontos de vista sobre a matéria, por parte das duas associações.

Foi entendido implementar maiores laços de entendimento, a fim de que se possa proporcionar um serviço de apoio de reconhecida qualidade aos ex-militares afectados pelo stress de guerra, para o que a APOIAR se disponibilizou para sensibilizar a equipa do Dr. Afonso de Albuquerque, no sentido de que um técnico do Departamento de psicologia Comportamental, do Hospital Júlio de Matos, se integre no corpo clínico que, na nossa sede, irá desenvolver o trabalho de acompanhamento e tratamento desta matéria.

Marechal Spínola na Sede da ADFA



No passado dia 15 de Novembro, pelas 16:30H, realizou-se uma reunião com o Marechal Spínola, o brigadeiro Manuel Monge, da Casa Militar da Presidência da República e a Direcção Nacional da ADFA. Nesta reunião participaram mais de 150 associados, na sua maioria oriundos da Guiné, uma vez que o objectivo deste encontro era exactamente o de sensibilizar estas altas personalidades militares para os gravíssimos problemas que afligem aqueles antigos combatentes que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas portuguesas e a quem, apesar disso, a muitos deles, nem sequer é reconhecida a nacionalidade portuguesa.

O presidente da MAGN, Jorge Maurício abriu a sessão e realçou o facto de, passados todos estes anos, ainda subsistirem tantas injustiças. Dirigiu-se a Spínola como um verdadeiro comandante, e não um "mandante", que ia para a frente de combate, que visitava assiduamente o hospital militar e que diariamente se deslocava à morgue para homenagear os mortos.

Abubacri Baldé falou em nome dos associados oriundos da Guiné e expôs os problemas que os afectam.

Terminou a sua intervenção entregando um documento ao Marechal a quem chamou "o nosso grande amigo e chefe".

Falou em seguida o Brigadeiro Monge, que não conseguiu esconder uma profunda emoção, e informou que, aquela mesma hora, estava a ser discutida no MDN, com o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Azeredo, o problema das nacionalizações.

Informou também que o Presidente da República tem o maior carinho pela ADFA e visitá-la-á ainda antes de terminar o seu mandato.

O presidente da DN, Lavouras Lopes, disse que o principal objectivo desta reunião era o das individualidades convidadas testemunharem o estado em que vivem os nossos associados e o abandono a que têm sido votados, não lhes permitindo ter uma vida digna, o que é uma "indignidade" para a Nação.

Frisou a dupla dificuldade de integração dos africanos, na sua qualidade de deficientes e de portadores de uma outra cultura, pois alguns deles mal sabem falar o português.

Expôs em seguida todos os outros problemas que afligem os deficientes militares, muito especialmente aqueles que não têm nenhuma pensão nem assistência médica.

O Marechal Spínola, de lágrimas nos olhos, afirmou que, apesar dos seus 85 anos, e enquanto for vivo, dedicará todos os seus esforços para ver resolvidas todas estas injustiças.

Apoio social aos sócios

O Departamento de Reabilitação da ADFA, no quadro das acções desenvolvidas pelo Serviço de Acção Social, tem efectuado visitas com o objectivo de apoiar os associados que se encontram em situações problemáticas, como sejam sócios internados no H.M.P, presos em estabelecimentos prisionais e apoio domiciliário.

Delegação de Ponta Delgada Aquisição de Instalações

A Direcção da Delegação de Ponta Delgada, credenciada pela Direcção Nacional, procedeu à assinatura, no dia 3 de Novembro, do contrato de promessa de compra e venda do edifício, onde a delegação se encontra instalada, tendo sinalizado a aquisição com dois mil e quinhentos contos.

Os sete mil contos restantes, para que se concretize a compra do imóvel, que se situa na Rua Ernesto do Canto, 20, naquela cidade açoriana, deverão ser entregues no prazo de um ano.

Os associados, cuja relação será publicada a partir do próximo "ELO", começaram já a contribuir com donativos.

Delegação de Faro

A Festa de Natal nesta Delegação é dia 16/12/95 pelas 16H00, com comes e bebes à descrição, música para dançar, com vinho caseiro e bolo particular, oferecidos pelos próprios associados e mais tudo aquilo que a Delegação puder oferecer, para bem da nossa festa.

As inscrições devem ser feitas até ao dia 14/12/95 pelas 18H00, para assim se poder organizar uma festa condigna, para os associados e seus familiares.

Delegação do Funchal Envio do ELO

Chegou ao conhecimento do ELO que diversos associados, residentes na área do Arquipélago da Madeira, não receberam o último número do nosso jornal, o que, vivamente, lamentamos.

Embora totalmente alheios a essa anomalia, de carácter meramente administrativo, pedimos aos lesados as nossas sinceras desculpas, garantindo que tudo foi feito para que o mesmo não volte a repetir-se.

Direcção Nacional e Delegações

Reunião no Porto

No dia 18 de Novembro, reuniram com a Direcção Nacional, as Direcções das delegações do Porto, Famalicão, Bragança e Viseu, com vista a um amplo debate sobre questões prementes e importantes da nossa vida associativa.

O encontro, realizado na nossa delegação do Porto, foi muito produtivo e primou pela profundidade e clareza na troca de conhecimentos e informações entre os elementos da Direcção Nacional e das Direcções das referidas delegações.

espera-se a continuidade destes encontros, cuja realização também deveria ocorrer na zona sul do país, em articulação com as delegações dos Açores e Madeira.

Conselhos técnicos dão maior pujança à gestão da ADFA

Os Conselhos de Reabilitação, Económico e Jurisdicional, criados com a última revisão estatutária, de acordo com a alínea m) do Artigo 36º, reuniram conjuntamente, no dia 4 de Novembro. Estes Conselhos só passaram a ter constituição oficializada no dia 25 de Novembro, na reunião do Conselho Nacional, que aprovou a sua constituição sob proposta da DN.

O Conselho Jurisdicional é composto por Isaac Rodrigues, José Ramos, Barbosa Carneiro, Mário Silveira e Mário Sobral; o Conselho Económico por Alberto Pinto, António Carreiro, Vieira Jorge, Hamilton Pinto, Mano Póvoas, José Gabriel, Ludgero Sequeira e Botelho da Costa; e o Conselho de Reabilitação por Abel Fortuna, Abubacri Baldé, Guedes da Fonte, Artur Vilares, Fernando Brito, Guilherme Vila-Verde, José Maia, Mário Inácio e Silvério Rodrigues.

Estes conselhos não têm competências exclusivamente técnicas mas também associativas e foram eles próprios, em reuniões separadas, que decidiram sobre a respectiva forma de funcionamento.

Estes conselhos têm uma função consultiva, pronunciando-se sempre que solicitados pelo Conselho Nacional ou pela Direcção Nacional. Realçamos que, para contraditar um parecer destes conselhos, são necessários os votos contra de pelo menos 3/4 dos membros do Conselho Nacional, pelo que são na praticamente decisórios.

Se bem que não sejam Órgãos que emanam das eleições, são mais um poderoso instrumento para o novo estilo de participação alargada e gestão de alta qualidade e transparente, que os actuais estatutos consagram.

Núcleos - Eleições

Embora com reduzida participação de associados efectivos, foram eleitas, conforme convocatória oportunamente divulgada, as direcções dos núcleos de Aveira-de-Cima e Tomar, em plenários de sócios que decorreram nos dias 4 e 11 de Novembro, respectivamente.

Para tais direcções foram eleitos os seguintes associados:

Núcleo de Aveiras

Elisário José reis Seabra - associado nº 1768
Manuel Joaquim Rodrigues Sousa - associado nº 5824
Luís ferreira Agostinho - associado nº 8620

Núcleo de Tomar

José Paulo Valente dos Santos - associado nº 7747
Carlos Alberto Matos Filipe - associado nº 10883
António Casalta - associado nº 7153



Deseja-se aos eleitos o maior sucesso na ligação e coesão entre os associados das suas áreas, num positivo contributo para a resolução dos seus mais variados problemas.

Núcleo de Alcobaça

Pela manhã do dia 28 de Outubro, e conforme se esperava começaram a juntar-se na entrada principal do Mosteiro da Batalha, os associados da ADFA residentes na área do Núcleo de Alcobaça, e de alguns conselhos limítrofes aos quais se vieram juntar o 2º Vice-Presidente e o 1º. Secretário da DN e, por convite expresso efectuado às entidades Militares daquela zona, o Coronel Ferreira Amaral Comandante da Escola de Sargentos das Caldas da Rainha, o Capitão Ilídio Sousa em representação do Comandante da Base Aérea de Monte Real e o 1º Tenente Domingas Gil Adjunto do Capitão do Porto da Nazaré e em representação deste.

As actividades do dia iniciaram-se com uma missa celebrada pelo Capelão da Base Aérea de Monte Real, Alferes Bertolino Vieira numa evocação e homenagem aos mortos em Combate e aos sócios da ADFA já falecidos, aos quais seria prestada directa homenagem com a deposição de uma Coroa de flores no Túmulo do Soldado Desconhecido.



No almoço que se seguiu houve viva e animada confraternização entre os mais de cem presentes onde se incluíam familiares dos associados, findo o qual se iniciou uma reunião na qual os elementos da Direcção Nacional presentes informaram os participantes de alguns dados novos sobre Legislação designadamente a garantia da assistência médica às viúvas de todos os deficientes Militares e a alteração da forma como, a partir do próximo dia 1 de Janeiro passarão a ser comparticipados os medicamentos por parte das ADM'S embora na mesma a 100%.

Dos assuntos mais entusiasticamente levantados e debatidos destaca-se a já ventilada transladação para Portugal de militares mortos e enterrados em Angola, Guiné e Moçambique, o problema referente à conversão das graduações em promoções, a impossibilidade dos deficientes Militares abrangidos pelo estatuto da aposentação de acumularem a reforma da função pública com a sua pensão militar tal como a questão da acumulação com esta do subsídio de desemprego, tendo-se falado também, e profundamente, da posição da ADFA relativamente ao "stress" de guerra já que acabara de se realizar o 1º Encontro Nacional sobre Stress Traumático, e os passos que é necessário dar para que possamos contribuir, validamente, para o acompanhamento do problema, de forma a que a intervenção da nossa Associação se salde por uma prestação positiva no contributo sério para a melhoria da situação de todos os, por ele, afectados.

Salienta-se de entre outras actividades por parte do Núcleo de Alcobaça o desejo de para breve se promover uma excursão possivelmente apoiada em termos de transporte que possibilite a um grupo significativo de sócios e familiares a visita, acompanhada e guiada pelos Órgãos Nacionais, à Nova Sede, tal como a criação de condições para que também o Núcleo de Alcobaça, conforme estatutariamente se encontra definido, eleja, tão rapidamente quanto possível, a sua Direcção.

Núcleo de Aveiras Noite de São Martinho

Na noite de 4 de Novembro, após o acto eleitoral para a Direcção do Núcleo, e, então com a presença de mais significativo número de sócios do que naquele acto, realizou-se a noite fadista de Sº Martinho.

Entre associados, familiares, amigos e entidades locais, de onde se destacavam o Presidente da Junta de Freguesia de Vale Paraíso, representantes dos Presidentes da Câmara de Alenquer e Junta de freguesia de Aveiras-de-Cima, Provedor da Stª. Casa da Misericórdia da Azambuja, foram cerca de trezentos os presentes que, com uma ceia adequada à quadra, ouviram um grupo de extraordinárias vozes do fado, residentes naquela área ribatejana.



Os Órgãos Sociais Nacionais marcaram a sua presença, representados pelos 2º Secretário da MAGN, Bento Raimundo, primeiro e terceiro Secretário da DN, Patuleia Mendes e Luís Machado, tal como pelo elemento da Lista Autónoma ao Conselho nacional, Farinho Lopes. No momento próprio, o 1º Secretário da DN fez uma alocução de onde salientou, ante os presentes, o importante que fora, naquele dia, a eleição pela primeira vez, de harmonia com as novas disposições Estatutárias, da Direcção do Núcleo de Aveiras-de-Cima.

Ressaltou, também, naquela noite a vontade de que, para o próximo ano, a noite de Sº Martinho venha a ser concretizada no Concelho de Alenquer.

Delegação de Famalicão

Seguros:

Relembramos a todos os Associados da ADFA e aos nossos em particular, que existe e se encontra a vigorar, um Protocolo com a Companhia de Seguros RYAL EXCHANGE ASSURANCE por intermédio dos correctores de seguros CONTACTO-SEGUROS, o qual permite efectuar contratos de diversos Ramos de seguros, a taxas mais vantajosas que as normais do mercado segurador. Para mais informações, contactar a tua Delegação. Para usufruir dos mesmos, somente é necessário ter as quotas em dia.

Compra de Pneus, Jantes especiais, Outros:

Temos também em aberto e a funcionar, um Protocolo com a Empresa sediada em V. N. de Famalicão, Pneus-Lino, junto ao Estádio do Famalicão, o qual permite a aquisição de pneus Nacionais e Estrangeiros, Jantes e Volantes especiais, alinhamentos de direcção e Calibragens entre outros serviços, com grandes serviços, com grandes e diversos descontos.

É necessário a apresentação de uma Credencial.

Um Novo Pólo

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia dispõe desde Setembro último de instalações adicionais, na Colónia de Férias da Aguda, situada na Praia de Aguda, a cerca de 2 Km do local onde o Centro está implantado.

O edifício é propriedade da Fundação dos Armazenistas de Mer-

cearia, Instituição Particular de Solidariedade Social, cujo objectivo é contribuir para a promoção socio-cultural e económica da infância, juventude e terceira idade.

Estas instalações, cedidas a título gracioso, segundo protocolo a assinar nos primeiros dias de Dezembro, serão uti-

lizadas pelo Centro que vê assim resolvidos alguns dos problemas que se lhe deparam na implantação do seu projecto.

As actividades a desenvolver são de relevante importância em termos de apoio à integração socio-profissional de pessoas com deficiência:

1) *Alojamento temporário de formandos e outros utentes do Centro.*

Após obras de recuperação e adaptação poder-se-ão alojar os utentes do Centro que têm necessidade de alojamento temporário, enquanto recorrem aos serviços de:

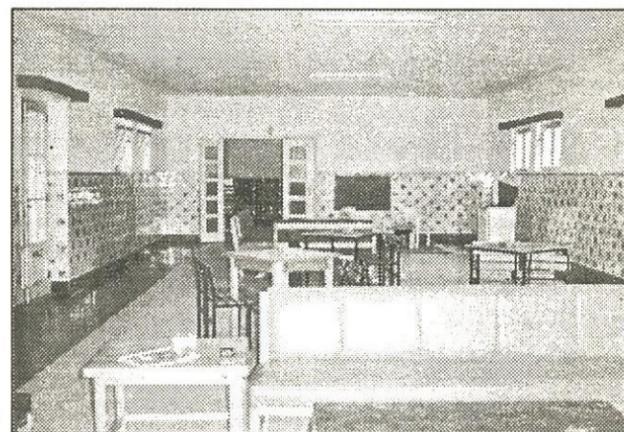
- avaliação / orientação
- formação profissional
- ajudas técnicas.

2) *Utilização dos jardins e terrenos de cultivo para implementar formação profissional na área da jardinagem / agricultura.*

Objectivos:

- formar profissionalmente utentes do Centro nessas áreas;
- assegurar a manutenção do complexo

3) *Utilização do complexo para actividades de formação, que care-*



Sala de convívio

cem de espaços amplos e abertos:

- dinâmica de grupo
- grupos de ajuda-mútua
- actividades de mobilização psico-motora

4) *Realização de cursos, acções de formação e iniciativas do género promovidas pelo Centro ou em parceria, destinadas aos profissionais do Centro e de entidades congéneres*

5) *Realização de campos de férias para pessoas com deficiência.*

6) *Cedência de espaços para realização de*

actividades pontuais de apoio a crianças e jovens - fins-de-semana ou férias - a organizações de solidariedade social com quem se estabelecem acordos de princípio

7) *Instalação pontual de equipas de projecto do centro.*

O tema voltará a ser abordado num próximo número mais desenvolvidamente, mas desde já o CRPG manifesta a profunda gratidão à Fundação dos Armazenistas de Mercearia pela generosa cedência.

Saberemos ser dignos dessa generosidade.



Colónia de férias da Aguda

Seminário HORIZON

Realizou-se dias 16 e 17 de Novembro, no Centro de Formação Profissional de Aveiro, um Seminário de Avaliação e Exposição de Produtos, resultantes dos projectos desenvolvidos no âmbito do Programa HORIZON.

O Seminário destinou-se à apresentação de alguns projectos considerados pela Coordenação Nacional do Programa como exemplares em termos dos resultados de execução e que considerou útil divulgar na perspectiva de que possam contribuir para a melhoria dos sistemas e das respostas de integração social e profissional das pessoas com deficiência e dos grupos socialmente desfavorecidos.

O CRPG foi convidado a estar presente nas modalidades seguintes:

-no espaço para exposição documental dos materiais produzidos - folhetos, relatórios, software;

-num stand individual de apresentação do projecto "Criação de uma

Unidade de Investigação em Engenharia da Formação", com informação e um momento de demonstração ao vivo dos seus resultados;

-participação no painel "Os projectos e os seus efeitos" com a apresentação do projecto "Criação de Unidade de Engenharia de Reabilitação" e especial identificação dos seus principais resultados inovadores.

Projecto HOMENET

Realizou-se em Colónia, Alemanha, uma reunião de preparação da candidatura deste projecto à Iniciativa TIDE, do IV Programa Quadro, cuja data limite para apresentação da mesma é 15 de Janeiro 1996.

O projecto, no âmbito da nova política do programa que apela à apresentação de grandes projectos com parcerias maiores, ou seja à junção dos pequenos projectos com objectivos comuns, alargou o seu consórcio, sendo agora constituído pelo CRPG, PROMI (Espanha), Uni-

versidade de Oxford (Reino Unido) e quatro parceiros alemães, dois locais de validação do modelo, envolvendo utilizadores finais, e dois parceiros técnicos.

O grande objectivo continua a ser a "Integração de serviços para pessoas idosas e com deficiência, na Comunidade". Estes serviços são de natureza médica, social e técnica, além de respostas em situações urgentes - urge diminuir os custos da saúde rentabilizando os serviços existentes.

HELIOS II

Aproveitando a realização da feira internacional REHA/95, decorreu em Dusseldorf, Alemanha, nas instalações da feira, o 2º encontro do grupo de trabalho do programa HELIOS II para 1995.

Nesta reunião de trabalho continuou-se o debate do tema de trabalho "Preparação para um eventual regresso à vida profissional", cuja apresentação final terá lugar em Milão, Itália, aquando do Seminário HELIOS, dias 1 e 2 de Dezembro.

REHA INTERNACIONAL /95



Rehabilitation · Equipment · Care
for Disabled People
Messe Düsseldorf

25-28 October '95

Decorreu em Dusseldorf, de 25 a 28 de Outubro, a maior feira do mundo no âmbito da reabilitação.

Com mais de 680 ex-

positores de 22 pa'ses, distribuídos por uma área de 31 000 metros quadrados, a REHA foi este ano a maior feira de sempre. Visitaram a feira

cerca de 40 000 pessoas. Este acontecimento é acompanhado de um extenso programa de desportos, cultura, congressos e informação.

O seu crescimento de 12% é demonstrativo da importância que as empresas, associações e instituições dão a este acontecimento, vendo nele um espaço essencial para apresentar equipamentos e trocar informação.

Os expositores focaram especial atenção nos produtos que facilitam, quer o dia-a-dia da pessoa com deficiência, quer a sua integração no local de trabalho. Um dos principais temas da REHA 95 foi cuidados domiciliários, a nível de exibição e informação.

A Noruega foi cabeça de lista dos melhores, mostrando inúmeras ajudas técnicas de desenho e produção nacionais.

O CRPG teve oportunidade de visitar esta feira durante dois dias, aquando do encontro de trabalho do grupo HELIOS II, contactando com os mais diversos tipos de equipamento ligados à reabilitação de pessoas com deficiência.

Missão: Portugalidade

Nesta passagem pela terra, o cidadão é confrontado com diversas situações de tal forma marcantes, que implica uma acção constante de permanente actualização das coisas, das leis que nos governam, dos deveres e dos direitos do cidadão quando serve o seu País, e o País para com o seu cidadão.

Entendo que um dos momentos mais marcantes da vida de qualquer cidadão é na altura em que é chamado a cumprir o serviço militar, o que significa o assumir com toda a sua grandeza, todas as responsabilidades desde que foi o seu ingresso nas tropas portuguesas, jurou bandeira, cantou o hino nacional, e com amor, paixão, sacrifício da própria vida, assumiu, jurou em toda a sua plenitude, honrar, defender a sua Pátria.

Era assim, e assim continua a ser, só que os jovens de hoje vivem em liberdade, sem guerras, em paz, porque felizmente Portugal não está em guerra com ninguém, mas cuidado, no mundo estão sempre a aparecer conflitos armados, que por sua vez se transformam em guerras duradouras, que devassam tudo e levam o Ser

Humano à destruição total.

Portugal, hoje livre e democrático, ligado às potentes organizações mundiais, tem que cumprir as directrizes traçadas para governar, não só Portugal, como também tem que estar sempre em actividade constante, preparado a participar de forma dignificante para que a paz prevaleça no mundo, e aos jovens de hoje, não aconteça o mesmo que aconteceu aos jovens do início deste século, que foram confrontados com a guerra mundial de 1914/1918, em que Portugal teve que participar e como tal deixou as suas marcas, os "inválidos" da grande guerra "Deficientes das Forças Armadas".

Foi criada a legislação justa para que os "inválidos" tivessem uma vida digna, mas a mando de Salazar, passados que cerca de 20 anos, a mesma foi revogada, lançando todos estes combatentes deficientes na miséria.

Surgiu a 2ª Guerra Mundial, de 39 a 45, e nos anos 60 os conflitos na Índia, Angola, Guiné Bissau e Moçambique, que lançaram Portugal numa guerra, em que nós jovens dessa altura,

durante cerca de 13 anos, fomos sacrificados de uma forma terrível, cruel, desumana, assassina, inútil, como alguns afirmam, ficando com os nossos corpos manchados para sempre, não conseguindo esquecer os momentos terríveis vividos naqueles Países imensos, dando sempre o nosso melhor pela Pátria que juramos defender, com prejúízo e desprezo pela própria vida, mas que eu senti e sinto muita honra em ter servido a minha Pátria, conforme esta o exigia e pedia.

Hoje, somos confrontados, passados que são 21 anos do terminus da guerra, com estudos mandados efectuar para a revogação da legislação, que abrange os Deficientes das Forças Armadas, uma vez que a guerra já acabou há muito, e por isso dizem não haver justificação para que a mesma continue existir:

Querem-nos fazer o mesmo que aconteceu com os "inválidos" da Grande Guerra, Guerra, quando ainda nem todos os direitos consignados no Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro, e Caixa Geral de Aposentações - Regime de Previdência da Fun-

ção Pública - Guia do Utente, não foram reconhecidos pelos responsáveis da Nação!... O direito aos escalões e graduações para todos os Deficientes das Forças Armadas - DFA.

"Faça-se cumprir com as Leis em vigor, e com dignidade dar um tratamento justo aqueles que tudo deram em defesa da Pátria, e que por isso entendem todos os DFA têm direito ao desbloqueamento e graduação, porque ao abrigo da Lei são Militares do activo"

Como é possível isto acontecer num País livre e democrático, em que todos os seus cidadãos estão por obrigação, dever patriótico, agradecidos aos Militares, às suas Forças Armadas e aqueles que de mais nobre, mais sublime devem ser reconhecidos por todos, pelos mais altos serviços prestados à Nação, tombaram no campo de batalha, dignificando e honrando o seu País, "Portugal".

A dignidade material, moral deste conjunto de homens que formam e fazem as Forças Armadas portuguesas, não pode de forma alguma ser posta em causa. A liberdade, a democracia que hoje felizmente vivem, tudo lhes deve.

Um País não pode de for-

ma alguma deixar de criar as condições justas, para que ao cidadão Deficiente das Forças Armadas pela justiça, por reconhecimento, obrigação, dever, cumprir as Leis existentes e actualizá-las sempre que for necessário, abrangendo todos os DFA sem excepção, conforme o refere o Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro e de mais legislação, seja na assistência médica, reabilitação, reintegração na sociedade, na reinserção do mundo do trabalho, política de lares, nos escalões, nas graduações, etc., quer sejam Militares Deficientes das Forças Armadas, da Marinha, Exército ou Força Aérea, todos pertencem às Forças Armadas Portuguesas.

Conforme é referido e se encontra em vigor no Estatuto de Aposentações, onde diz "pensão de Deficiente das Forças Armadas" (definição) e nos diversos artigos e portarias que regulamentam o Dec. Lei 43/75 de 20 de Janeiro, consta que os Deficientes das Forças Armadas, sempre que houver alteração nos Militares do activo, quer no Exército, Marinha ou Força Aérea, são imediatamente abrangidos e actualizados, sejam DFA do QP, QC, reforma extraordinária, pensão de re-

forma por invalidez, devida aos militares considerados Deficientes das Forças Armadas (DFA), ou similar, igual à luz do Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro, e de mais legislação, a todos foram contados 36 anos de serviço, militares do activo, com tempo de efectividade completa, estando assim todos os Deficientes das Forças Armadas abrangidos pelo desbloqueamento de escalões e pela graduação ao posto a que todo o Deficiente das Forças Armadas tem direito, acompanhando sempre em tudo os militares no activo.

A legislação que abrange os Deficientes das Forças Armadas, custou-nos muito, vamos fazer com que sejam postos em prática todos os direitos nela consignados, e com a dignidade que lhe é devida, defendê-la da mesma forma com que defendemos e honramos a nossa Pátria.

À Associação dos Deficientes das Forças Armadas, aconselho a analisar e a chamar a si a liderança do grupo de trabalho existente, para que nenhum DFA fique de fora, e assim todos sejam abrangidos e actualizados pelas Leis em vigor.

João Gonçalves, Sócio 684

Sócios Oferecem-se

EMPREGO

- Para todo o serviço administrativo
- Trabalhos de processamento de texto

Disponibilidade aos fins de semana.

Telefs. 7570422(ext.225)

4325835(c/gravador)

- Para motorista

(regime liberal ou outro)

Zona: Entroncamento, Santarém e Tomar

António Gaspar, telef. 049 718826

(Regime liberal ou outro)

Ligeiros e pesados, para todo o serviço

Zona: Barreiro, Lisboa e arredores

Sr. Lino Silva, Telef. 2162500

telef. (c/gravador) 4325835

Formação Profissional CURSOS

apoiados pelo FSE/IEFP

Para militares e civis portadores de deficiência motora, orgânica e / ou auditiva - (de nacionalidade portuguesa)

Habilitações:

9º ano de escolaridade ou equivalente

Técnicos de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (Frio, TV e Vídeo)
Início JAN96 - inscrições até 15 DEZ95

Escritório Electrónico (Técnicos Administrativos)
Início MAR96 - inscrições até DEZ95

Sócio..., sabes que...

Os teus familiares têm acesso a cursos de formação ?

Curso Técnico de Sistemas Eléctricos e Electrónicos (TV/Vídeo, Frio e Refrigeração)

idade limite 25 anos - 9º ano escolaridade nacionalidade portuguesa

Início: MAR96 - Inscrições até DEZ95

Aceitam-se e incentivam-se inscrições de familiares de sócios das Delegações

Inscrições dos cursos: Edifício ADFA, Av. Padre Cruz ao Lumiar - 1600 Lisboa
Serviço de Formação e Emprego
Telefs: 7570422 - 7570502 Ext.226

AUTOMÓVEIS OPEL

MODELO	P. BASE	P.V.P.
ECO 1.2 5P	1.259.968.00	1.908.362.00
ECO 1.2 + 5P	1.315.523.00	1.973.326.00
SWING 1.2 5P	1.487.318.00	2.174.326.00
ECO + 1.4 5P	1.349.669.00	2.278.326.00
SWINGO 1.4 5P	1.527.447.00	2.486.326.00
ECO 1.5D 5P	1.625.338.00	2.762.326.00
ASTRA		
RIO 1.4	2.053.088.00	3.101.326.00
RIO GLS 1.4	2.267.618.00	3.352.326.00
RIO 1.7 TD	2.535.436.00	4.282.326.00
GLS 1.7 TD	2.789.282.00	4.579.326.00
RIO CAR 1.4	2.173.601.00	3.242.326.00
RIO CAR 1.7 TD	2.655.948.00	4.423.325.00
CLUB CAR 1.7 TD	2.769.624.00	4.556.326.00
VECTRA		
CD X 1.7 TD	3.001.248.00	4.4827.326.00
TIGRA		
COUPE 1.4 16V	2.062.490.00	3.112.326.00
COUPE 1.6 16V	2.508.042.00	4.043.326.00

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO FOX 1.05	1.389.985.00	1.902.128.00
POLO GL 1.05	1.567.824.00	2.110.199.00
GOLF CL 1.4 2P	1.872.192.00	2.838.983.00
GOLF CLD 1.9 4P	1.920.561.00	4.240.976.00
GOLF GL TDI 1.9+ 4P	2.931.012.00	5.423.204.00
GOLF VAR CL 1.4	2.255.176.00	3.288.705.00
GOLF VAR CLD 1.9	2.203.019.00	4.571.452.00
GOLF VAR GL TDI 1.9	3.112.148.00	5.635.131.00
VENTO CL 1.4	2.013.897.00	3.006.409.00
VENTO CLD 1.9	2.108.755.00	4.461.163.00
VENTO GL TDI 1.9+	3.000.445.00	5.504.441.00
PASSAT CL TDI 1.9	2.911.347.00	5.400.196.00
PASSAT GL TDI 1.9	3.518.820.00	6.110.039.00
PASSAT VAR CL TDI 1.9	3.164.009.00	5.695.810.00
PASSAT VAR GL TDI 1.9	3.765.286.00	6.399.304.00
AUDI A4 1.9 CONFORT	3.748.786.00	6.380.000.00
AUDI A4 1.9+ TDI	4.184.684.00	6.890.000.00
AUDI A4 1.9+ EC TDI	4.389.812.00	7.130.000.00
AUDI A6 1.9 TDI	5.047.544.00	7.899.546.00

Os Sócios podem ainda dispôr de VW e AUDI com caixa automática nas seguintes versões:
GOLF 1.900 TDI; AUDI A4 TDI e AUDI A6 TDI.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telef.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.

SANTO
SA
ANTÓNIO
EMPREENHIMENTO HOTELEIRO, LDA.

- Restaurantes
- Quartos c/WC, TV, Telef., Som
- Parque de estacionamento
- Garagem
- Condições

especiais para sócios da ADFA

Rua de S. José, 10

Cova da Iria — 2495 Fátima

Telef. 049 533637/533641 — Fax. 533634

“Subsídios de desemprego”

Foi com atenção que li no nosso Jornal, de Junho, do corrente ano, o artigo subordinado ao tema em epígrafe, subscrito pelo sócio nº. 801 - José Moreira Alves.

Como o assunto me queima a pele “estou desempregado” e com idade difícil de obter novo emprego, “56 anos” nesta idade somos velhos para trabalhar e novos para a reforma. Paradoxo dos tempos actuais.

Mas, falando do subsídio de desemprego dos Deficientes, o meu caso, tem, interesse para conhecimento de todos os consócios.

Eu tenho um grau de desvalorização, muito baixo, felizmente, logo a pensão, atribuída, também é baixa. Porém, os Centros Regionais, atribuidores dos subsídios de desemprego, logo que um indivíduo, receba da Caixa Nacional de Pensões, qualquer que seja o valor, já lhe é negado o subsídio de desemprego. Eu estou nesta situação. E, entre o recebimento da pensão de invalidez e o subsídio de desemprego, que não me é atribuído, estou a perder, cerca de 30 contos mês.

Assim, também me associo ao rol dos que pretendem a prioridade deste assunto para a nossa Direcção. Pressionar o Sr. Ministro, a modificar a Lei dos Subsídios de Desemprego, relativo a Deficientes.

Também, e só para conhecimento dos associados, deve ser divulgado, que pelo Decreto-Lei nº. 132/88, não temos direito ao subsídio de doença.

Mas, pelo despacho nº 126/91 do Diário da República nº 278 de 13/12/91 II Série, diz que, os beneficiários da Previdência, com taxa de invalidez, só devem descontar, para a Segurança Social, a taxa de 9,5% em vez de 11%.

Joaquim Vilela dos Santos - Sócio nº 4108

Amigo “ELO”

Passando no próximo dia 23 do corrente mês mais um aniversário do teu nascimento e não, podendo eu, por motivos vários, estar presente (estou em espírito) junto dos amigos que promovem a festa do teu aniversário, aqui estou, mais uma vez, a dar-te os meus sinceros parabéns e desejar-te longos e felizes anos de vida, parabéns e votos extensivos a todos quantos, desde o teu Exmº Director até ao mais modesto e anónimo colaborador, contribuem para que, mensalmente, possamos receber em nossas casa as tuas sempre esperadas notícias.

Como eu não tenho nada para te oferecer, venho, pelo menos, pedir que continues a acolher nas tuas páginas, não só os excelentes artigos de quem tem cultura e capacidade para os escrever, mas também as sugestões e opiniões expressas em humildes cartas que na sua modéstia e singeleza exprimem os anseios e o sentir dos diversos “elos” com que a “cadeia” ADFA é formada, pois é de todos sabido que a nossa Associação acolhe entre os seus associados muitos elementos com cursos superiores, o que muito a honra e valoriza e serão os seus principais defensores e pilares de apoio, mas não podem esquecer também que talvez seja superior o número daqueles que terão de pedir aos filhos para lhes lerem as mensagens escritas nas tuas páginas, porque aos seis ou sete anos, quando deviam andar a jogar o pião e entrar numa escola para aprenderem a ler e escrever, os ensinaram a contar as ovelhas de um rebanho pelo qual ficavam quase responsáveis e assim, bem cedo, começavam a contribuir para a modesta economia de muitas famílias numerosas famílias.

Também é de todos conhecido que na “tropa”, em todas as classes, as melhores especialidades eram dadas aqueles que tinham melhores habilitações (ou padrinhos) e os ouros iam para as armas combatentes, donde quase todos, DFA, provimos e por isso não seremos uma “elite” em termos académicos, mas somos com toda a certeza (para além dos nossos camaradas falecidos, que recordamos com saudade, de uma maneira especial neste mês) aqueles a quem mais sacrifícios foram exigidos e que mais sofreram e sofrem (embora uns mais que outros) as funestas consequências da guerra e por isso Amigo “ELO” não te envergonhes nem tenhas medo de defender, nas tuas páginas, as reivindicações dos DFA que te pareçam justas e razoáveis e de te opor àqueles que te pareçam excessivas, ou oportunistas, porque também as poderá haver, até para confirmar a regra de que “não há regra sem excepção”.

Como ainda, há poucos dias escrevi para a ADFA uma longa carta exprimindo alguns dos meus pontos de vista sobre a nossa Associação, que espero não caiam em saco roto, vou terminar por hoje.

José Monteiro Palos - Sócio 2233

Um obrigado

Eu, Fernando Salvador Vigário sócio efectivo nº 12748.

Dirijo esta carta, para que possa ser manifesto todo o apreço, reconhecimento e grandeza desta Associação.

Não fosse esta Associação, ponto de humanismo e grandeza, o invés duma Sociedade civil de loucos, e de poucos escrúpulos mais uma vítima sem condições futuras, face à doença e toda uma debilidade, fruto desta sociedade que citei.

À Associação vigente como ao José Arruda quando Presidente, e também seus colaboradores.

Um obrigado!

Fernando Salvador Vigário

AUTOMÓVEIS RENAULT

Vendas especiais para deficientes • Cores opacas
Em vigor desde 12 Abril de 1995

MODELO -3-PORTAS	P.BASE	P.V.P.
TWINGO	1.209.791.00	1.850.000.00
TWINGO PACK	1.269.620.00	1.920.000.00
CLIO-RL-1.2	1.228.951.00	1.825.000.00
CLIO-BE BOP	1.335.789.00	1.950.000.00
CLIO-RN-1.2	1.434.079.00	2.065.000.00
CLIO LUNA	1.583.652.00	2.240.000.00
CLIO-RT-1.2	1.681.943.00	2.355.000.00
CLIO-RT-1.4	1.785.860.00	2.760.000.00
CLIO-RTI-1.4	1.811.501.00	2.790.000.00

MODELO -5-PORTAS

CLIO-RL-1.2	1.293.054.00	1.900.000.00
CLIO-BE BOP	1.399.891.00	2.025.000.00
CLIO-RN-1.2	1.498.182.00	2.140.000.00
CLIO-LUNA	1.647.754.00	2.315.000.00
CLIO-RT-1.2	1.746.045.00	2.430.000.00
CLIO-RT-1.4	1.849.963.00	2.835.000.00

RENAULT-19-TRICORPO-4-PORTAS=OU-5-PORTAS-BICORPO

	P.BASE	P.V.P.
R-19-RL-1.2	1.895.166.00	2.610.000.00
R-19-JAZZ-1.2	1.980.636.00	2.710.000.00
R-19-SCALA-1.4	2.135.836.00	3.175.000.00
R-19-RTI-1.4	2.345.238.00	3.420.000.00
R-19-SCALA-1.9 DT	2.249.404.00	4.550.000.00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

	P.BASE	P.V.P.
CLIO-RT-1.4-3-P.	2.060.561.00	3.081.399.00
CLIO-RT-1.4-5-P.	2.124.664.00	3.156.400.00
R-19 SCALA-1.4	2.321.477.00	3.392.200.00

TWINGO EASY S/EMBRAIAGEM	1.355.090.00	2.020.000.00
--------------------------	--------------	--------------

RENAULT EXPRESS

EXPRESS COMBI 1.2	1.496.787.00	2.195.000.00
EXPRESS BREAK 1.2	1.834.394.00	2.590.000.00

GRANDES VANTAGENS PARA OS SÓCIOS

RENAULT

Renault Portuguesa, S.A.

**VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES
DESCONTOS AOS SÓCIOS**

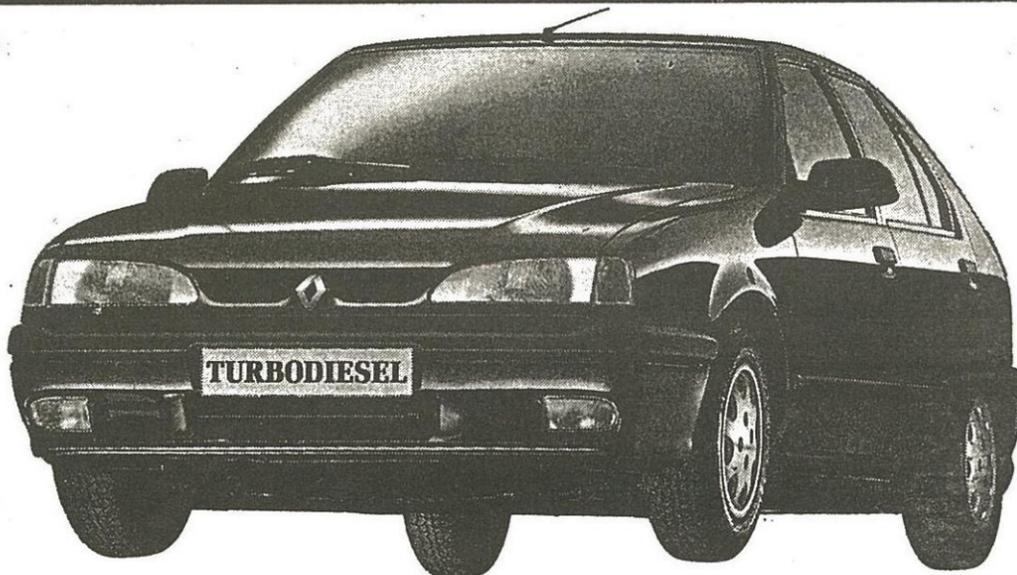
Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (telef. 421 49 51)
STAND: Telef. 836 14 00
Fax: 836 14 80 — Telemóvel: 0936-62 60 41
Delegado de vendas: Bernardes

**uma gama completa
versões a gasolina e a diesel**



SE NÃO LHE PODE RESISTIR

**CONVERTA-SE
AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL**



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um Renault 19 Turbo Diesel.

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico, volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo Renault 19 Turbo Diesel,

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Sucursal

RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80



Venda comercializada com jantes de liga leve.

Texto de Armindo Roque

Reunião do Conselho Nacional

Não nos remeterão para o esquecimento

No Auditório da Sede reuniu, no dia 25 de Novembro, das 10:00H às 23:00H, o Conselho Nacional (CN) da ADFA, para discutir e aprovar o seu próprio regulamento de funcionamento, o Plano de Actividades para 1996; a composição dos Conselhos Técnicos; a criação de uma Comissão para estudar a possível criação de uma Delegação em Lisboa; e a Estratégia de Actuação Reivindicativa da ADFA no Plano Legislativo e Social.

A Reunião foi dirigida pelo presidente da MAGN. Estiveram presentes seis dos sete membros da DN. Compareceram também dois elementos do Conselho Fiscal Nacional.

A discussão do Regulamento de Funcionamento do CN foi muito demorada dada a especificidade do tema e acabou por ser aprovado já a meio da tarde.

A proposta do "Plano de Actividades para 1996", apresentada pela DN, é um documento que não tem uma rigorosa definição de objectivos, dos meios necessários para os levar à prática e dos respectivos prazos de execução, como foi apontado por diversos conselheiros. A DN justificou estas anomalias com o facto de não conhecer ainda profundamente todos os "dossier's" e, inclusivamente, a situação financeira da ADFA.

O plano apresenta medidas no Plano Interno de uma maior humanização no atendimento aos sócios, pois criou-se uma "cultura" nos nossos serviços, em que o sócio é olhado como alguém que nos vem aborrecer, é por isso necessário inverter esta situação de forma a que ele se sinta bem acolhido.

É necessário flexibilizar os horários e as tarefas a desempenhar, assim como caminhar no sentido de uma maior qualificação profissional, especialmente na área das novas tecnologias.

Foi aprovado, no âmbito da contenção de despesas, que os aumentos fossem de 0%, o que provocou alguns protestos, sobretudo porque existem casos de trabalhadores que desenvolvem o mesmo tipo de tarefas e uns ganham mais do que outros.

MAIS SERVIÇOS

Foi analisada a criação de uma mini clínica com serviços de Estomatologia, colheita de sangue, fisioterapia e ginástica de manutenção, apoio aos associados afectados pelo "stress de guerra", para além dos serviços que já funcionam. Se bem que isto possa trazer custos à ADFA, é a única forma de minorar os graves problemas com que os associados se deparam por falta de resposta nos Hospitais Militares. Desta forma a ADFA poderá reivindicar, ainda com maior razão, o aumento de subsídio do MDN, que tem permanecido sem aumentos há vários anos, apesar da inflação e do cada vez maior número de serviços prestados pela ADFA.

Foi aprovada a remodelação de todo o Sistema Informático, de forma a abranger todas as delegações de uma forma simples mas eficaz.

Nas áreas culturais e desportivas deve-se incentivar o trabalho voluntário.

Deve-se pugnar pela abertura de novos Núcleos, nomeadamente nos PALOP.

O "ELO" será coordenado por um Conselho Redactorial e por um novo Director de forma a atingir uma maior independência.

Implementar-se-á uma campanha de pagamento de quotas atrasadas.

Foram tomadas medidas para que os associados estejam seguros quando se deslocarem em serviço da ADFA, pois tem havido acidentes muito graves, sem que os associados tenham recebido qualquer reparação pelos danos sofridos.

No Plano Externo foi aprovada uma maior articulação com as instituições militares e com MDN.

Deve-se pugnar pela adopção urgente de medidas legislativas, sobretudo para os deficientes "sem pensão"; para as viúvas dos sócios falecidos; para a cada vez mais grave situação dos deficientes em serviço; para a problemática dos nossos associados africanos; para o subsídio de desemprego; e para outras questões legislativas pendentes.

No domínio do movimento associativo a ADFA deverá ter um maior protagonismo e participação nas estruturas oficiais da reabilitação e deverá dar uma maior expressão pública às suas iniciativas.

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia deverá ter um estatuto legal que permita envolvê-lo tecnicamente na cooperação com os PALOP.

A Tipografia escola deve ser revitalizada e reinstalada rapidamente.

Devem ser envidados todos os esforços para que o Lar Militar regresse à sua vocação original de apoiar os deficientes militares.

E por último, que a nossa participação na FMAC seja rentabilizada, esta deve deixar de ser uma organização passiva, e transformar-se num instrumento de Reabilitação dos deficientes militares em todo o Mundo, impregnada com o espírito da ADFA, muito especialmente no âmbito do apoio e cooperação com as organizações congéneres dos PALOP.

DELEGAÇÃO DE LISBOA

Foi nomeada uma comissão para estudar a possibilidade da criação de uma delegação em Lisboa. Este assunto causou alguma polémica, uma vez que alguns conselheiros consideraram que a decisão da criação da Delegação de Lisboa é um facto consumado com a última revisão estatutária. No entanto, prevaleceu a opinião de que este grupo de trabalho deveria produzir um estudo isento.

REMETIDOS AO ESQUECIMENTO

O último ponto da Ordem de Trabalhos, dizia respeito à estratégia para a actuação reivindicativa da ADFA no plano legislativo e social. Deverá a mesma basear-se no pressuposto de que existe, no âmbito do Poder, a ideia de que os problemas dos deficientes militares estão, vinte anos depois, resolvidos. Estas considerações fundamentam-se em factos concretos, como sejam: a degradação cada vez maior dos hospitais militares; a inexistência de projectos de criação de Lares; a degradação dos já existentes; a morosidade dos processos; etc.

Existe a sensação de uma orquestração, intencional ou não, de congelar os problemas, de nos remeter para o esquecimento.

A ADFA deverá contrariar esta política denunciando junto da opinião pública que existem: deficientes militares sem pensão, viúvas de associados nossos na miséria; deficientes em serviço em situações cada vez mais aflitivas; que não há lares a que possamos recorrer.

Foi há Vinte e Um Anos...

...Que conscientes de que o espaço, onde nos encontrávamos sediados, era, demasiadamente, pequeno para albergar todos os nossos problemas, toda a nossa força, toda a nossa vontade de clamar por justiça, franqueámos as portas trancadas do Palácio da Independência e, quebrando muros e abrindo janelas, lançámos à sociedade um grito com formato de páginas de jornal para lhe vincarmos a nossa existência, para lhe afirmarmos a vontade de participar, activamente nela, em reabilitação por nós mesmos construída: o "ELO" iniciava a sua função de porta voz da nossa causa, dos nossos anseios, da nossa rebeldia.

Mais de duas décadas depois, a história repete-se! - os ouvidos da sociedade encontram-se entorpecidos para atentar e entender os problemas dos deficientes portugueses e o "ELO," com o seu vigor, não pode ficar parado. O corpo redactorial e o novo Director que, em breve, lhe reformularão e renovarão os destinos vão, seguramente, dar-lhe novas capacidades de intervenção e sensibilização junto de associados e opinião pública, em tarefa assente na maior qualidade, transparência, autonomia e independência.

O trabalho a desenvolver para que a voz de todos os deficientes seja, definitivamente, ouvida e compreendida não se compadece com actos isolados e boas vontades, a funcionar em circuito fechado. Iremos dar as mãos conscientes e solidariamente, com as outras publicações e associações de deficientes para que numa estratégia comum, porque comuns são os objectivos a alcançar, consigamos contribuir para uma verdadeira pedagogia da opinião pública para as matérias da reabilitação, tornando-se o "ELO" em tal cruzada uma lança bem afiada e apontada à marginalização e à subalternização em que a sociedade, teimosamente, continua a colocar os deficientes portugueses e as suas organizações.

O Director



21º Aniversário do "ELO"

Na Sede da ADFA, no dia 23 de Novembro, pelas 17:00H, comemorou-se o 21º Aniversário do "ELO", para o qual foram convidados os directores de todas as publicações que se debruçam sobre esta matéria. Foram também convidados todos os dirigentes de associações de e para deficientes.

No colóquio que se realizou antes do jantar de convívio, ficou demonstrada a necessidade de um maior intercâmbio de informação entre as diversas publicações, fazendo recurso às mais modernas tecnologias, para, em conjunto, produzirem um trabalho com cada vez maior qualidade.

Reunião de sócios na Sede

A ADFA movimentada-se

No auditório da Sede, no dia 10 de Novembro, às 20:30, a Direcção Nacional reuniu com cerca de 70 sócios da área de Lisboa



A DN começou por dar algumas informações sobre os contactos que tem mantido com diversos ministérios para pedir audiências com os novos responsáveis governativos.

Informou ainda que os serviços clínicos existentes na Sede estão a ser intensificados, e está prevista a criação de serviços de estomatologia, de "stress de guerra" e de fisioterapia.

Alguns associados pronunciaram-se sobre o facto de o jornal não chegar a muitas pessoas. E houve mesmo quem sugerisse que o mesmo fosse enviado aos sócios que não têm as quotas em dia, pois muitos não as pagam porque estão zangados com a ADFA, mas se sentirem que se está a operar uma mudança, eles mudarão também de posição.

Um associado africano disse que a ADFA só lhes passava o cartão de sócio efectivo depois de lhes ser reconhecida a nacionalidade. Os membros da DN discutiram, logo ali, este problema e decidiram que seriam considerados sócios efectivos assim que lhes fosse reconhecida a deficiência.

Entre muitas outras coisas, foi discutida a expressão cada vez maior que a ADFA está a ter nos Órgãos de Comunicação Social, o que foi considerado como sinal de que estamos a "levantar ondas", e que estão redondamente enganados aqueles que pensavam que nos calariam com a construção da Sede.

Reunião de Sócios

Sede Nacional

15 de Dezembro, 20:30 horas

CONVOCATORIA

A direcção Nacional convida todos os associados a estar presentes numa reunião que se realizará no próximo dia 15 de Dezembro, sexta-feira, pelas 20:30 horas a qual terá lugar na Sede Nacional, com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 - Situação dos associados cujos acidentes foram considerados como ocorridos em serviço, e a daqueles que não têm qualquer pensão.
- 2 - Informações gerais.

Lisboa, 16 de Novembro de 1995

A DIRECÇÃO NACIONAL

Nota: A pós a reunião, em princípio às 23:00 horas, dada a quadra natalícia, a ADFA proporcionará aos presentes um convívio simples, em que será servido Bolo Rei e Vinho do Porto.